



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL
COLEGIADO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

LETÍCIA LINS DE SANTANA DOS SANTOS

**MULHERES E ENSINO SUPERIOR NA CONTEMPORANEIDADE: as
múltiplas funções, a sobrecarga e as possibilidades de enfrentamento**

Salvador

2025

LETÍCIA LINS DE SANTANA DOS SANTOS

**MULHERES E ENSINO SUPERIOR NA CONTEMPORANEIDADE: as
múltiplas funções, a sobrecarga e as possibilidades de enfrentamento**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social, Instituto Psicologia, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dr^a. Josimara Aparecida Delgado Baour

Salvador

2025

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder forças, sabedoria e proteção ao longo de toda esta jornada.

À minha mãe, por seu apoio incondicional e por sempre me ajudar da melhor forma possível.

À minha irmã, por trazer leveza aos meus dias com o seu senso de humor.

À minha amiga Bruna, que esteve ao meu lado em diversas situações e sempre me ofereceu o seu apoio, nos momentos bons e nos desafios.

Ao Lucas, meu conselheiro e amigo, por me oferecer suporte constante e por sempre me lembrar da importância de desacelerar.

Agradeço à minha orientadora pela orientação e apoio durante a realização deste trabalho.

E a todas as estudantes que, diante das inúmeras dificuldades de permanência na universidade, já pensaram em desistir, mas, apesar de tudo, continuaram.

Você verá que é mesmo assim

Que a história não tem fim

Continua sempre que você
responde: Sim

À sua imaginação

À arte de sorrir cada vez que o
mundo diz: Não

(Brincar de Viver, Maria Bethânia)

SANTOS, Letícia Lins de Santana dos. **Mulheres e ensino Superior na contemporaneidade:** as múltiplas funções, a sobrecarga e as possibilidades de enfrentamento. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Serviço Social). Instituto de Psicologia e Serviço Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025.

RESUMO

Este trabalho, desenvolvido no âmbito da graduação em Serviço Social, analisa as complexidades enfrentadas pelas mulheres contemporâneas ao conciliar múltiplos papéis, como a participação acadêmica, o trabalho formal e informal, as responsabilidades domésticas e, em alguns casos, a maternidade. A sobrecarga que resulta dessa conciliação é um desafio central, exigindo uma análise aprofundada das dinâmicas que estruturam a vida dessas mulheres, especialmente quando influenciadas por fatores como classe social, raça e condições socioeconômicas. Embora as mulheres tenham conquistado avanços significativos, o peso dessas responsabilidades limita sua plena realização acadêmica e profissional. O estudo examina as estratégias utilizadas por essas mulheres para enfrentar tais desafios e discute a necessidade de políticas públicas e organizacionais que reconheçam e apoiem a multiplicidade de papéis desempenhados por elas, especialmente nas universidades. Muitas estudantes de contextos socioeconômicos vulneráveis enfrentam dificuldades para equilibrar estudos, trabalho e demandas familiares, o que impacta diretamente sua permanência no ensino superior. Além de abordar esses aspectos, o trabalho também reflete a experiência pessoal da autora, a primeira de sua família a ingressar em uma universidade. A pesquisa busca compreender os fatores sociais, econômicos, culturais e psicológicos que impactam a rotina acadêmica dessas estudantes, considerando a realidade das universidades públicas, com ênfase nas múltiplas demandas relacionadas à classe, raça, gênero e geração. O estudo identifica os efeitos dessas demandas no desempenho acadêmico e na saúde mental das estudantes, propondo ações de acolhimento por meio de políticas públicas que garantam a permanência de qualidade no ensino superior. A metodologia adotada é de caráter qualiquantitativo, combinando pesquisa bibliográfica e dados empíricos para uma análise abrangente da temática. A pesquisa se fundamenta em artigos científicos, legislações e documentos relevantes, além de incorporar a experiência vivencial da autora, com reflexões baseadas em observações e aprendizados adquiridos ao longo de sua trajetória acadêmica.

Palavras-chave: mulheres, educação, política de assistência estudantil, permanência na universidade, sobrecarga de papéis.

SANTOS, Letícia Lins de Santana dos. **Women and Higher Education in Contemporary Times: Multiple Roles, Overload, and Coping Possibilities.** Undergraduate Thesis (Bachelor's in Social Work). Institute of Psychology and Social Work, Federal University of Bahia, Salvador, 2025.

ABSTRACT

This paper, developed within the scope of a Bachelor's degree in Social Work, analyzes the complexities faced by contemporary women in balancing multiple roles, such as academic participation, formal and informal work, domestic responsibilities, and, in some cases, motherhood. The overload resulting from this balancing act is a central challenge, requiring an in-depth analysis of the dynamics that structure the lives of these women, especially when influenced by factors such as social class, race, and socioeconomic conditions. Although women have made significant advances, the weight of these responsibilities limits their full academic and professional fulfillment. The study examines the strategies these women use to cope with these challenges and discusses the need for public and organizational policies that recognize and support the multiplicity of roles they play, especially in universities. Many students from vulnerable socioeconomic backgrounds face difficulties in balancing studies, work, and family demands, which directly impacts their persistence in higher education. In addition to addressing these aspects, the paper also reflects the author's personal experience as the first member of her family to attend university. The research seeks to understand the social, economic, cultural, and psychological factors that impact the academic routine of these students, considering the reality of public universities, with emphasis on the multiple demands related to class, race, gender, and generation. The study identifies the effects of these demands on students' academic performance and mental health, proposing actions of support through public policies that ensure the quality retention of students in higher education. The methodology adopted is of a qualitative and quantitative nature, combining bibliographical research and empirical data for a comprehensive analysis of the topic. The research is based on scientific articles, legislation, and other relevant documents, in addition to incorporating the author's personal experience, with reflections based on observations and insights acquired throughout her academic journey.

Keywords: Woman, education, student assistance policies, stay at university, role overload.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES Superior	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
APUB	Associação dos Professores Universitários da Bahia
CES	Censo da Educação Superior
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
COVID	Coronavirus Disease (Doença causada pelo coronavírus)
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IIR	Índice de Inclusão Racial
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e outras identidades de gênero e orientações sexuais
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROAE	Pró-Reitoria de Assistência Estudantil
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
R.U	Restaurante Universitário

SARS-CoV Síndrome Respiratória Aguda Grave-Coronavírus (Severe Acute Respiratory Syndrome-Coronavirus)

SEI Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

STF Supremo Tribunal Federal

UERJ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFBA Universidade Federal da Bahia

UNB Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. MULHERES, TRABALHO E EDUCAÇÃO NO PATRIARCADO CAPITALISTA.....	14
3. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DAS MULHERES: ALGUNS APONTAMENTOS.....	23
4. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO ENSINO SUPERIOR DA BAHIA: DADOS E ANÁLISES.....	42
4.1. Um olhar sobre a participação feminina na universidade em cenário baiano: Uma questão de classe, gênero e raça.....	43
4.2. Enfrentamentos para a permanência estudantil e a jornada das mulheres.....	50
4.3. Políticas sociais de auxílio estudantil: auxílios e desafios para a permanência feminina na universidade no contexto da PROAE.....	61
4.4. A pandemia da covid-19: impactos e enfrentamentos para a permanência feminina em espaço universitário.....	66
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
6. REFERÊNCIAS.....	73

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de uma produção exigida para a formação em graduação em Serviço Social, que abordará como tema mais geral, as complexidades enfrentadas por mulheres na contemporaneidade ao conciliar múltiplas funções, tais como a participação em atividades acadêmicas, a inserção no mercado de trabalho formal, o envolvimento em ocupações informais, a gestão das responsabilidades domésticas e algumas delas ainda sendo mães. O fenômeno da sobrecarga de papéis é um desafio significativo, demandando uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas que permeiam a vida dessas mulheres. O presente trabalho utiliza a pesquisa bibliográfica como principal metodologia, fundamentando-se em artigos científicos, legislações e outros documentos relevantes para a temática abordada. Além disso, este trabalho incorpora elementos da experiência vivencial da autora, trazendo reflexões baseadas em observações e percepções adquiridas ao longo da trajetória acadêmica. A pesquisa adotada neste estudo é de caráter qualiquantitativo, pois articula dados teóricos e quantitativos para a análise da temática escolhida.

No contexto contemporâneo, as mulheres têm conquistado avanços significativos em diversos campos, contudo, o peso da sobrecarga de papéis persiste como uma sombra que permeia suas realizações. A complexidade dessa teia de responsabilidades é agravada pela interseccionalidade de fatores como classe social, raça, etnia e condições socioeconômicas. Essa interseccionalidade, que evidencia que as mulheres negras e de classes economicamente mais vulneráveis enfrentam desafios ainda mais profundos, como o acesso limitado a recursos financeiros, transporte e moradia adequada. Nesse cenário, torna-se essencial desvelar as estratégias adotadas por essas mulheres para enfrentar e superar os desafios diários, proporcionando uma visão mais abrangente e inclusiva das suas experiências.

A relevância desse estudo transcende os limites acadêmicos, estendendo-se para o âmbito social e político. Compreender como as mulheres lidam com essa sobrecarga pode colaborar para a criação de políticas públicas e práticas organizacionais mais eficazes, promovendo ambientes que reconheçam e respeitem a multiplicidade de papéis desempenhados por elas. Ao apresentar essas experiências, esta pesquisa visa contribuir para um diálogo mais aberto sobre as questões de gênero na sociedade contemporânea brasileira.

Esta pesquisa também lança as bases para futuros desdobramentos, incentivando uma investigação mais aprofundada sobre as diferentes facetas da sobrecarga de papéis. A

compreensão dessas dinâmicas pode evoluir para intervenções práticas, como programas de apoio específicos e políticas que abordem de maneira efetiva as necessidades identificadas. Além disso, considerando a rápida evolução das dinâmicas sociais, este estudo pode servir como ponto de partida para análises longitudinais que acompanhem as mudanças ao longo do tempo.

A escolha deste tema é motivada pela necessidade de compreender as implicações das crescentes demandas sobre as mulheres, considerando o contexto social, econômico e cultural, como também vinda da necessidade de relatar experiências como as minhas, na trajetória acadêmica, enquanto mulher, a primeira da família a acessar uma universidade e filha de mãe solo. Baseei-me na minha experiência e nas observações das experiências de colegas para abordar este assunto tão pertinente e necessário.

Além disso, é crucial abordar a realidade socioeconômica das estudantes, muitas provenientes de classes economicamente vulneráveis. E que por conta desse principal fator, estas estudantes enfrentam diversas dificuldades para se manterem na universidade como, dificuldade de adquirir dinheiro do transporte para se deslocar de suas casas até o campus, a dificuldade de chegar no início das aulas por conta das baldeações, ou porque realizam alguma atividade remunerada ou porque precisou esperar que alguém chegasse em casa para cuidar de um parente para poder sair, por exemplo. São várias questões que demonstram o porquê de algumas estudantes de ensino superior terem dificuldades de aproveitar 100% do que a universidade tem a oferecer e que ainda não conseguem se formar dentro do prazo desejado.

Portanto, este presente trabalho tem como intenção demonstrar as várias nuances envolvidas nas vidas das estudantes de ensino superior que interferem em suas rotinas acadêmicas. Do mesmo modo, pretende também compreender a realidade vivenciada pelas estudantes nas universidades públicas contemporâneas, a partir de uma perspectiva que considere as múltiplas demandas que recaem sobre essas mulheres em função de suas inserções sociais de classe, raça, gênero e geração; identificar os impactos que as diversas demandas sociais, econômicas e culturais têm sobre o desempenho acadêmico e a saúde mental dessas mulheres; apontar ações que possibilitem a amenização das consequências dessa condição através de ações de acolhimento através de políticas públicas.

O trabalho irá apresentar três capítulos de forma cronológica, onde serão discutidos no primeiro capítulo, sobre as dificuldades impostas para as mulheres devido a divisão sexual do trabalho, um fator que dificulta o acesso ao mercado de trabalho e à educação, gerando desigualdades para o público feminino. Elas percorreram uma grande trajetória com dificuldades, enfrentando o machismo e o patriarcado, que são temas muito presentes na sociedade contemporânea; e essas categorias reforçam a falsa ideologia de que as mulheres possuem certa afinidade com profissões específicas e com o trabalho doméstico, havendo a tentativa de naturalizar o papel da mulher com a reprodução social e que essa concepção machista fez com que as mulheres não tivessem o acesso à educação da mesma forma que os homens, sendo de maneira tardia.

Além disso, também será discutido sobre como as mulheres conquistaram o espaço da esfera pública combatendo a divisão sexual do trabalho, na tentativa de romper com a divisão entre o domínio público e o privado associada ao gênero. Portanto, a análise da divisão sexual do trabalho é crucial para reconhecer as desigualdades, que são sistemáticas e que a sociedade utiliza essas diferenças para organizar suas dinâmicas de gênero.

Se tratando do segundo capítulo, nele será discutido sobre a história da educação das mulheres, na qual, a educação voltada para as mulheres (ressaltando que nem todas tinham acesso a algum tipo de educação), era uma educação para ensinar tarefas tidas como “femininas”, como bordado e poesia, ou seja, atividades associadas a delicadeza e pensadas para quando as mulheres estivessem num matrimônio. A educação para as mulheres era limitada tanto de conteúdo quanto de espaço, afinal, não podiam receber educação fora das suas residências. Houve um longo trajeto complexo para desconstruir toda essa forma de educação opressora. Em relação ao trabalho não foi diferente, o trabalho na esfera pública não aceitavam mulheres e as tentativas iniciais delas se inserirem nessa esfera ainda tinha cunho da esfera privada, que eram empregos em cargos de magistério, com o foco em ensinar os bons costumes para os alunos. Foram anos de lutas e de reivindicações para as mulheres conseguirem se emancipar e chegar a ter as oportunidades que têm hoje, embora ainda não haja igualdade de direitos entre os gêneros.

Em contextos mais recentes, o último capítulo menciona sobre a participação das mulheres no ensino superior brasileiro, no qual, é discutido sobre os desafios e dificuldades enfrentadas pelas mulheres, principalmente para as mulheres negras que enfrentam questões para além do gênero, como o racismo e a vulnerabilidade socioeconômica. Para este grupo

em específico, são várias nuances que comprometem o seu acesso e a sua permanência na educação, com foco na educação de nível superior. As múltiplas jornadas para dar conta dos estudos e do trabalho, seja ele formal ou informal, o trabalho doméstico e ainda para algumas estudantes, a responsabilidade de matinar, são a rotina de muitas mulheres e que com isso, a sua permanência nos estudos pode ser comprometida. E neste capítulo há dados que revelam como essa intersecção de raça, gênero e classe pode afetar a vida destas mulheres e como a política de assistência estudantil pode estar contribuindo para esse grupo específico, fazendo com que a permanência destas seja de qualidade, sendo assim, podendo elas aproveitar tudo o que a universidade pode oferecer, sem ter sua trajetória acadêmica marcada por muitas dificuldades.

II MULHERES, TRABALHO E EDUCAÇÃO NO PATRIARCADO CAPITALISTA

A interseção entre gênero, trabalho e educação tem sido objeto de estudo e reflexão ao longo das últimas décadas, gerando uma rica discussão que busca compreender as complexas dinâmicas que moldam as oportunidades e desafios enfrentados pelas mulheres no mercado de trabalho e no acesso à educação, como também a sua permanência nas instituições de ensino. Neste item, procuro explorar as teorias que abordam as dificuldades das mulheres na relação com a educação e o trabalho, com especial atenção à divisão sexual do trabalho e ao impacto do racismo através da análise das autoras Hirata, H. e Kergoat, D.(2007).

A emancipação das mulheres através do trabalho é um mito, já que o mundo do trabalho não libera a mulher de seus trabalhos de cuidado e reprodução, o “papel da mulher” de ser mãe, de cuidar dos filhos e cuidar da casa. E para explicar como ocorre essa diferença dos “papéis” entre os homens e as mulheres, é relevante trazer o conceito de divisão sexual do trabalho, como também a noção de patriarcado para compreendermos as desigualdades de gênero no mercado de trabalho e nas oportunidades educacionais, principalmente no Brasil. Cunha (2014), relata que o patriarcado é o processo de dominação-subordinação. Este é um termo que possui compreensões diferentes de conteúdos utilizados. A palavra é usada para estudar a distribuição distinta entre as mulheres e os homens no mercado de trabalho, (muitas vezes com remunerações e oportunidades desiguais), nas profissões e como essa distribuição tem variedades no decorrer do tempo. Também está relacionada à divisão desigual referente ao trabalho doméstico entre ambos os sexos.

A outra compreensão é de que, ao se tratar de divisão sexual do trabalho, isso demonstra que tais desigualdades possuem sistematizações e que a sociedade utiliza essas diferenças para categorizar as atividades, consequentemente, os sexos. Ou seja, a partir da divisão sexual do trabalho, se cria um sistema de gênero. Segundo Hirata e Kergoat, a categoria da divisão sexual do trabalho tem duas acepções, no mercado de trabalho e no trabalho doméstico:

O termo “divisão sexual do trabalho” aplica-se na França a duas acepções de conteúdos distintos. Trata-se, de um lado, de uma acepção sociográfica: estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos. (Hirata. H. e Kergoat. D, 2007, p. 595).

O termo divisão sexual do trabalho surgiu com o propósito de escancarar as desigualdades, mas além disso, tinha o intuito de reexaminar o trabalho, através do movimento feminista na França, na década de 70. O ponto principal da discussão é a tentativa de que o trabalho doméstico se tornasse um trabalho igualmente considerável como qualquer outro, portanto, deveria ser incluído nesta definição.

Tudo se originou com a compreensão de que havia opressão contra as mulheres, na qual trabalhavam intensamente e de forma gratuita para os outros, de ser um trabalho realizado em nome do “dever materno”. Neste período, as mulheres começaram a realizar denúncias de que não é correto que essa atribuição fosse apenas para as mulheres e que somente elas realizassem esse trabalho. Trouxeram outras questões, como a do trabalho doméstico não ser visto e nem reconhecido. Algum tempo depois, no campo das Ciências Sociais foram surgindo discussões dos primeiros estudos sobre essa forma de trabalho; daí que se inicia as discussões sobre o trabalho doméstico ser atribuído como atividade de trabalho equiparado ao trabalho profissional. Assim, deu-se início sobre a temática da divisão sexual do trabalho. Esta se trata de um fator de sobrevivência da relação social entre os sexos, tendo a característica de priorizar os homens na esfera produtiva e quanto as mulheres, na esfera da reprodução, ao mesmo tempo em que os homens ficam com funções de maior valor social atribuído, a exemplo: políticos e militares.

A divisão sexual do trabalho possui dois princípios organizadores, que são: o princípio de separação e o princípio hierárquico. O primeiro está relacionado com a categorização criada entre trabalho de homem e trabalho de mulher. E o segundo está associado que o trabalho de homem é “melhor” do que um trabalho feito por uma mulher. Esses princípios estão atrelados em diversas sociedades e tem a possibilidade de serem aplicados pelo processo de legitimação vinculado a ideologia naturalista; ela tem a capacidade de rebaixar a categoria gênero para o sexo biológico, reduzindo, portanto, as práticas sociais aos “papéis sociais”, associados ao destino natural da espécie.

Segundo Hirata, H. e Kergoat, D. (2007), a tradição funcionalista de papéis da complementaridade remete a definição de vínculo social, pela sua noção de solidariedade orgânica, parceria, conciliação, especialização e pela divisão de tarefas. Em seu modelo tradicional, se fala sobre a divisão e as modalidades de emprego, que reproduzem os papéis

sexuais, no qual, como já dito, o seu modelo tradicional tem definidos de que o papel da família e o doméstico é atribuído às mulheres, enquanto o papel de provedor é atribuído aos homens.

Já se tratando do modelo de conciliação, praticamente está exclusivo para as mulheres, tendo elas que conciliar a vida familiar e vida profissional. Esse modelo tinha a pretensão de igualar as condições entre homens e mulheres no âmbito profissional, mas a realidade é totalmente oposta a pretensão que possuía. Melhor dizendo, segundo alguns estudiosos, para deixar nítida essa questão problemática, é mais propício trocar o termo conciliação, como também há outros termos que foram sugeridos. Mas apesar de tentarem usar termos diferentes, infelizmente a realidade não condiz com o objetivo, ao propor essas novas denominações:

Hoje, certos pesquisadores propõem substituir “conciliação”, ou mesmo “articulação”, por “conflito”, “tensão”, “contradição” para evidenciar a natureza fundamentalmente conflituosa da incumbência simultânea de responsabilidades profissionais e familiares às mulheres (Hirata. H. e Kergoat. D, 2007, p. 604).

Outro exemplo de tentativa de haver igualdade de papéis, mas que não foi posto em prática, foi na 4ª Conferência Mundial sobre as mulheres, pela ONU (Organização das Nações Unidas) em Pequim, no ano de 1995:

Aparece ainda no “paradigma da parceria”, que presume a igualdade de estatutos sociais entre os sexos – preconizada na 4ª Conferência Mundial sobre as Mulheres, organizada pela Organização das Nações Unidas em Pequim em 1995. Esse princípio de parceria considera mulheres e homens como parceiros (e, portanto, decorre mais de uma lógica de conciliação de papéis que do conflito e da contradição) e as relações entre eles mais em termos de igualdade que de poder. Esse paradigma da parceria poderia alimentar uma prática de divisão das tarefas domésticas no casal – no plano individual –, porém as pesquisas de emprego do tempo realizadas pelo Insee na França, em 1986 e 1999 (por exemplo, Brousse, 1999), mostram que a realidade das práticas sociais não confirma a atualidade desse modelo. (Hirata. H. e Kergoat. D, 2007, p. 604).

A divisão entre o domínio público e o privado, no qual o público é associado aos homens e o privado associado às mulheres, em que na esfera do público eles desempenhavam papel de provedor da família e elas, o cuidado com as famílias, é nisso que a divisão sexual do trabalho se concretiza. Os homens são os provedores e as mulheres, cuidadoras.

Com o avanço da inserção das mulheres no mercado de trabalho, havendo desigualdades salariais alarmantes entre homens e mulheres, ainda persistem padrões tradicionais de distribuição das tarefas domésticas e de cuidado que sobrecarregam as mulheres e limita suas oportunidades profissionais. As mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelo trabalho não remunerado no lar, o que implica em uma dupla jornada de trabalho e em uma menor disponibilidade de tempo para o lazer, o estudo e a qualificação. As mulheres tiveram a dupla ou tripla jornada intensificada, mesmo conquistando espaço no mundo produtivo:

O relaxamento das fronteiras entre o mundo produtivo (homens) e reprodutivo (mulheres) tem contribuído com a possibilidade de as mulheres participarem do mundo produtivo, mas não reveste o afastamento dos homens do mundo doméstico. Acontece que, através desse fenômeno, o adensamento das mulheres nas fronteiras públicas não é acompanhado de uma revisão dos limites das responsabilidades privadas femininas. Isso significa que a esfera de reprodução da família como educação e demais cuidados continua, em grande medida, a cargo das mulheres. (Sousa e Guedes, 2016, p. 123).

Além disso, as mulheres enfrentam maiores dificuldades para ingressar e se manter no mercado de trabalho formal em comparação com os homens, tendo que recorrer a ocupações precárias, informais e de baixa remuneração. E tendo um olhar sob essa relação para com as mulheres negras, a desigualdade é maior ainda, pois, estas enfrentam mais dificuldades tanto no acesso a uma boa educação quanto no mercado de trabalho formal com remuneração ideal para o seu pleno sustento. E para tentar mudar esta realidade, se faz necessário implementar políticas públicas que promovam a igualdade de gênero no âmbito do trabalho, tanto no que se refere ao acesso e à remuneração, quanto à redistribuição das tarefas domésticas e de cuidado entre homens e mulheres. Mas para o capitalismo, isso não é interessante, ou melhor, lucrativo de se fazer.

O sistema capitalista se beneficia do trabalho doméstico e reprodutivo das mulheres, que é desconsiderado e subestimado, para assegurar a reprodução da força de trabalho e a acumulação de capital. Com isso, as mulheres são submetidas a duplas ou triplas jornadas de trabalho, enfrentam discriminação salarial e violência no mercado de trabalho e na esfera privada, violências essas que se categorizam também como assédios, a quais são submetidas a vários tipos. Portanto, se faz necessário refletir sobre a importância de uma perspectiva

feminista que reconheça o trabalho das mulheres como parte essencial do processo produtivo e que defenda sua emancipação econômica, social e política.

[...] destaca por ocorrer em sua maioria são os modelos de conciliação e delegação. Um aspecto importante é que em nenhum desses dois modelos os homens são responsabilizados pelo trabalho doméstico e de cuidados. (Silva e Costa Apud Hirata 2017, 2022, p.8).

E deste modo ainda se perpetua a ausência dos homens nas atividades domésticas, ficando para as mulheres todas as responsabilidades possíveis em suas mãos, dedicando até mais horas para as atividades relacionadas ao cuidado do que os homens. Questões estas instituídas pelo patriarcado. A reprodução social foi vinculada às mulheres desde a infância pela sociedade, essas diferenças de papéis que vão exercer já são expressas em brinquedos infantis, por exemplo. E desde aí são ensinadas para “servir”:

Sobre essas diferenças Cisne (2018) aponta que ocorre uma falsa naturalização dos atributos femininos e masculinos numa categorização social de sexo. Essa categorização diferencia a forma como são educados meninos e meninas desde a mais tenra idade e o patriarcado conta com instituições respeitadas pela sociedade como escolas e igrejas para reforçar essas diferenças. Desse modo, meninas recebem instrução para desempenhar atividades domésticas – lavar, passar, cuidar dos filhos (as), marido, conservando características como a submissão e a passividade. Enquanto os meninos são educados para serem decididos, fortes e provedores da família. Dessa maneira, as mulheres no sistema patriarcal são destinadas ao trabalho reprodutivo, garantindo a reprodução da força de trabalho. (Silva e Costa Apud Cisne 2018, 2022, p. 3).

Para as autoras Hirata e Kergoat, a divisão sexual do trabalho advém das relações sociais de sexo, que é uma divisão construída historicamente e que serve de instrumento para a relação social entre os sexos, para que esta sobreviva. Portanto, a divisão de trabalho vinda a partir dessas relações sociais de sexo fez com que os gêneros praticassem papéis diferentes, ocasionando em relações distintas e com hierarquias. Ao se falar disso, o mundo econômico dando mais vantagens aos homens, as mulheres sofrem desvantagens pela relação de hierarquia e que como dito anteriormente, a elas estão vinculadas a jornada de dupla ou tripla jornada de trabalho, gerando desigualdades para elas. E o tempo dos homens no âmbito econômico é maior, porém, o tempo das mulheres na reprodução social é mais extenso em comparação com o tempo deles nessa área. Então o que apenas acontece é um acréscimo do tempo econômico com o da reprodução social.

Há várias categorias referentes a análise empregadas para entender essa assimetria da divisão sexual do trabalho entre os gêneros, que são: 1) a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo, 2) o gênero e as relações de gênero, 3) as diferenças de sexo, 4) a discriminação e as desigualdades. Com isso entende-se que a divisão social e sexual do trabalho perpassa pelas relações sociais, relações de poder e pelas relações econômicas construídas culturalmente na história da sociedade. E há uma relação entre produção e reprodução, e se materializam entre o trabalho remunerado e o não remunerado, como também nas relações sociais entre os sexos.

E com base na ideologia naturalista, a produção e a remuneração é vinculada aos homens, enquanto a reprodução e o trabalho não remunerado estão associados às mulheres. O trabalho viril está associado ao trabalho pesado, perigoso e insalubre, o que possui feminilidade é associado ao trabalho fácil, leve e que precisa ter paciência e minuciosidade para realizá-lo. E pior, a masculinidade está vinculada com a racionalidade, a feminilidade com o sentimentalismo, associada a irracionalidade. Mas com o passar do tempo, as mulheres estão se inserindo em postos de trabalho considerados masculinos, mas isso ainda não indica a inexistência da hierarquia. O trabalho masculino ainda continua sendo o mais valorizado do que o da mulher. Com os avanços e retrocessos da divisão do trabalho, as relações sociais de sexo são mutáveis, não possuem uma linearidade. No exemplo da citação:

A alocação de horas em determinada atividade, do tipo trabalho remunerado, significa abrir mão do uso do tempo em outras tarefas, como cuidado doméstico. Acredita-se que esse conflito deveria ser comum e atingir a todos de forma semelhante, ou seja, o sexo da pessoa não deveria implicar pesos diferentes na opção de “mais trabalho” ou “mais família. (Sousa e Guedes, 2016, p. 127).

Há avanços, mas as mulheres ainda recebem o peso injusto nas opções de mais trabalho ou mais família e até mesmo as duas opções juntas. Para elas geralmente só sobram a opção de casa e trabalho e para eles, trabalho e lazer. Isso auxilia na naturalização dos papéis distintos entre gêneros, onde as mulheres ficam com a opção (que nem sempre é uma opção), de ser mais família e ter menos trabalho remunerado. Mas o que se pode dizer é que com a redução dos cuidados domésticos feitos por mulheres, a inserção delas no mercado de trabalho é maior, nos empregos ditos formais com jornadas inteiras. Mas a realidade é que muitas realizam paralelamente o trabalho doméstico e com a ausência de meios que as auxiliem, a carga de trabalho das mulheres se torna exaustiva e injusta, tendo que equilibrar o

trabalho pago e o não pago. A sua inserção é dificultada e as remunerações são menores comparadas com as dos homens e isso contribui para que elas tenham dificuldades de assumir cargos de chefia. E ao terem avanços no mercado de trabalho, esse processo não se dar pela “desnaturalização” dos papéis tradicionais associados ao feminino e da desconcentração do trabalho reprodutivo na figura da mãe, e sim acontece pelo motivo de que há um atraso, especialmente pelas mulheres que possuem uma escolaridade maior, da maternidade até um limite máximo possível ou a própria exclusão da maternidade nos planos de algumas mulheres (Sousa e Guedes apud Guedes e Araújo, 2011).

Ressaltando que há quatro formas da divisão sexual do trabalho se manifestar:

A divisão sexual do trabalho pode ser investigada com base na ideia de complementaridade entre os sexos, ou na ideia de uma conciliação dos papéis. Para Hirata (2015), a divisão sexual do trabalho pode tomar quatro formas: i) a forma de um modelo tradicional (mulheres cuidadoras e homens provedores); ii) a forma de um modelo de conciliação (as mulheres conciliam a vida profissional com a vida familiar); iii) modelo de parceria (mulheres e homens compartilham tarefas domésticas e cuidados da família); e iv) a forma de um modelo da delegação (mulheres delegam a outras mulheres suas atividades domésticas, o que ameniza a contradição e a tensão na vida do casal). (Sousa e Guedes, 2016, p. 129).

E no Brasil, elas se manifestam de formas diferentes. Com o modelo tradicional perdendo força cada vez mais com as mulheres participando do mundo laboral, o modelo de conciliação mostrou-se mais potente. O modelo que se refere ao de delegação não é acessível, este está voltado apenas para quem tem um poder aquisitivo ideal para isso. O modelo de parceria é escasso, afinal, poucas mulheres possuem uma parceria nas tarefas de cuidado dentro de casa. Com o passar dos anos, os homens em várias regiões do Brasil aumentaram sua participação no trabalho doméstico e as mulheres, reduziram. Isso foi um avanço social, apesar de levar décadas para acontecer. No Sul do país apresenta-se como uma região com a maior participação, enquanto no Nordeste, mesmo com um aumento, ainda não é um aumento expressivo. Sobre a participação na economia, comparada com os anos anteriores, demonstra que houve uma queda da participação de ambos os gêneros, sendo isso mais evidente para os homens e para a região Sul do país. Para as mulheres, praticamente estiveram na estabilidade na década anterior. Em 2014, a participação na atividade econômica entre os gêneros teve uma diferença notável e foi na região norte do país. O Nordeste aparece como a região onde possui a menor jornada de trabalho remunerada e enquanto a região sudeste, tem a maior.

Além da divisão sexual do trabalho, uma categoria que também é importante mencionar é o patriarcado. Ele é um sistema de controle onde os homens possuem domínio sobre as relações sociais, afetando negativamente as mulheres e opera por meio de uma estrutura complexa, afetando as dinâmicas sociais como um todo, tendo bases na divisão sexual do trabalho. Esse sistema difunde uma ideologia na qual o sexo masculino é constantemente beneficiado e lhe é concedida autoridade em vários campos de sua vida em comparação com as mulheres, disseminando a falsa ideia de que as mulheres são inferiores aos homens e que eles têm o direito de controlar as mulheres e outros grupos sociais que são excluídos na sociedade.

Encontramos exemplo dessa hegemonia masculina segundo o portal Tribunal Superior Eleitoral Mulheres, o qual reúne estatísticas referentes ao eleitorado e a participação feminina, criado em 2019 pela comissão gestora da política de gênero do Tribunal Superior Eleitoral. O portal dispõe de dados informativos sobre a atuação do público feminino ao longo da história do Brasil e entre os anos de 2016 e 2022, o Brasil teve 52% de eleitorado feminino e apenas 15% deste percentual foram eleitas. Outra pesquisa realizada nas Eleições Gerais do ano de 2022, mostrou que houve apenas 18% de candidatas eleitas para o Poder Legislativo. E foi observado que a maioria da composição do eleitorado feminino nas eleições do ano de 2022 possui idades entre 35 e 39 anos. E segundo dados obtidos pela União Interparlamentar, o Brasil registrou a posição 129º em 2022, com 17,7% de ocupação feminina dos assentos na Câmara dos Deputados. Dito isto, percebe-se uma das consequências que o patriarcado produz.

De acordo com Cunha (2014), o patriarcado é algo específico das relações de gênero e que, a partir delas, surge o processo de dominação-subordinação, no qual, se configura em uma relação social. Esse modelo de dominação que é o patriarcado, necessita ser analisado conjuntamente com o fator classe, raça e etnia para compreender melhor esta dinâmica. Ao se reproduzir, essas questões criam formas diferentes de opressão e exploração nas mulheres, tendo maior incidência em mulheres negras e de baixa renda. Portanto, ao se falar do sistema patriarcal, é necessário considerar a questão raça e classe, até porque o patriarcado está presente em diversas sociedades que o sistema econômico capitalista é vigente. O patriarcado se estrutura e se enraíza na sociedade por meio da atuação do Estado e de suas instituições.

A categoria do patriarcado está associada para além da política, está associada também à cultura, religião e à economia, meios esses que são fundamentais para difundir

ideias para influenciar modos de vida e comportamentos. Em todas essas esferas, são os homens que mais ocupam e dominam, produzindo assim, opressões que se manifestam em desigualdade salarial, em divisão sexual do trabalho, violências de gênero, objetificação das mulheres e a diminuição da liberdade individual. E não para por aí, há questões relacionadas ao estereótipo de gênero, perpetuando a ideia de que os homens são fortes, racionais e competentes, enquanto as mulheres são “empurradas” para um lugar de subalternidade, e que devem se comportar de maneira dócil e ser cuidadora de todos ao seu redor. Tais estereótipos contribuem para as desigualdades de gênero, promovendo dificuldades em relação a oportunidades para as mulheres.

Portanto, compreende-se que o patriarcado é uma forma de organização presente em diversas esferas da vida social, caracterizada pela hierarquização entre homens e mulheres, atribuindo poder aos homens. Essa relação desigual se consolidou através do controle sobre a reprodução e a sexualidade das mulheres, reforçando a ideia de que essa é a única estrutura social aceitável.

Hirata ao abordar sobre gênero, menciona sobre a divisão sexual do trabalho. E percebe-se que começa na educação, onde estereótipos de gênero influenciam as escolhas acadêmicas e profissionais das mulheres. Elas frequentemente são incentivadas a seguir carreiras ligadas às áreas de cuidado, como enfermagem e educação, por exemplo, enquanto os homens são direcionados para campos das áreas de exatas, como a engenharia e a tecnologia. Isso resulta em uma distribuição desigual de poder e recursos, com as mulheres frequentemente enfrentando salários mais baixos e menor progressão na carreira. E as mulheres que estão em situação de vulnerabilidade econômica, a sua permanência nas instituições de ensino é dificultada caso a estudante não possua uma fonte de renda que garanta a continuação ininterrupta dos estudos.

III HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DAS MULHERES: ALGUNS APONTAMENTOS

Por muito tempo as mulheres foram colocadas em lugares de esquecimento e desvantagens, só pelo fato de serem mulheres. Tempos atrás, era direcionado às mulheres um tipo de educação que envolvia somente o aprender a ler e escrever, costurar, cozinhar, além de outras atividades associadas ao feminino, como a gestão doméstica. Tudo que era voltado para o feminino remetia a ser uma “boa mulher” que lesse poesias e tocasse piano, ou seja, o que era associado a ingenuidade e delicadeza era voltado para o público feminino. A educação para as mulheres na história da humanidade passou por várias fases. Anos atrás era somente aos ensinamentos básicos que elas podiam ter acesso e apenas aprender dentro de casa, através da própria família, porém, com a única função de ser uma boa esposa e mãe, função tida como natural a todas as mulheres.

De acordo com Prá e Cegatti (2016), por muito tempo a educação era algo voltado para as classes abastadas e era normalizado que somente os homens possuísem todos os níveis de escolaridade. No século XVIII, foi por meio do iluminismo que tais privilégios para os homens foram validados, nas esferas social, jurídica e política. Na França, já em processo de revolução, tornaram-se frequentes as discussões sobre a temática de cidadania e para fazer jus ao lema da própria Revolução francesa – liberdade, igualdade e fraternidade -, os franceses conseguiram conquistar esses direitos, que consequentemente tiveram a possibilidade de expandir a educação. Mas para as mulheres, a elas não foram concedidos os mesmos direitos, ainda permaneceram em lugar de subalternidade. Elas estando na esfera privada e eles, na esfera civil. O contexto incitou as mulheres em diversos países e não somente França, a reivindicar o direito à cidadania:

A par disso, algumas vozes demandaram o direito das mulheres à cidadania, entre estas, a da italiana Christine de Pizan (1364-1430) e de Olympe de Gouges (1748-1793), na França, a da inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797) e a de Nísia Floresta (1810-1885), no Brasil. (PRÁ e CEGATTI, 2016, p. 217).

Em 1791 foi realizada a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, pela Olympe de Gouges, que foi uma pioneira na defesa dos direitos das mulheres durante a Revolução Francesa. Ela descreveu sobre as mulheres serem representantes da sociedade, questionando a representatividade masculina. Ela defende, em sua declaração, a igualdade de direitos, de oportunidades e a liberdade. Sintetizando, defendia a participação feminina na vida pública e

política. Mas com o novo Estado liberal surgem os códigos civis e penal no século XIX, porém o código civil colaborou ainda mais para a não independência da mulher, fazendo com que ainda fossem controladas pelos homens e o código penal contribuiu para reforçar o patriarcado quando associou o adultério como um desvio exclusivamente das mulheres, além de excluí-las em outros segmentos, como no campo da educação.

Por conseguinte, com o sistema educativo já instaurado, nos níveis primário, médio e superior, as mulheres somente podiam ser ensinadas se alguém tivesse a vontade de ensiná-las, ou seja, dependiam da boa vontade de alguém para que isso acontecesse, dependia de pessoas que realizavam a filantropia. Já no século XIX, por meio das primeiras leis referentes à Instrução Pública, houve uma expansão da educação para as mulheres em diversos países. Mas isso não quer dizer que foi fácil para elas. O acesso na educação formal e em níveis variados de ensino foi um processo dificultoso para elas, pois isso exigia que houvesse confrontos com a perspectiva masculina. Esse contexto favoreceu para que a educação das mulheres da burguesia tivesse o cunho educacional voltado para o lar, para que fossem boas esposas e mães dedicadas. Entretanto, para as mulheres da classe trabalhadora lhes restava a capacitação para empregos domésticos ou fora deste ambiente.

Se alguma mulher ousasse sair desse padrão de educação, ela seria culpabilizada por envergonhar e manchar o nome da família. Nesta mesma época, em meados do século XIX, a docência para as mulheres que precisassem se sustentar passou a ser aceita pela sociedade, caso essas mulheres não tivessem a sorte de terem nascido em uma família abastada.

É importante destacar que as diferenças de ensino eram nítidas entre homens e mulheres. Enquanto eles estudavam geometria, geografia ou história, elas estudavam apenas assuntos sobre cozinha, bordado, aprendiam a ler e escrever, tudo era voltado para as obrigações domésticas. Quanto à trajetória feminina das mulheres no magistério, havia modelos que associavam a área à “coisa de mulher”. Isso é devido a existência de três modelos de professoras: a professora analfabeta, a professora maternal e a professora racional intuitiva. A professora analfabeta surge do Iluminismo e esta não sabia ler e nem escrever e ensinava em escola pública para meninas com o intuito de ensinar atividades consideradas femininas. Quanto a professora maternal, ensinava em escolas de meninos e eram as esposas ou filhas do professor e reprisavam em sala de aula o ambiente familiar e nesse contexto, o modelo estimula a formação da mulher em instituições normais de ensino na conjuntura do estado liberal.

O surgimento da demanda em habilitar mulheres para contribuir na educação e nas atividades domésticas fez com que surgisse o modelo de professora racional intuitiva que sustenta as diferenças sexuais, colaborando para que as características como a sensibilidade, emoção e instinto maternal fossem atribuídos às mulheres, fazendo com que o magistério se tornasse uma profissão feminina.

Chegando ao final do século XIX, as mulheres conseguiram conquistar o acesso ao ensino superior, porém, em sua grande maioria optaram por cursos associados ao cuidado ou a educação, como a enfermagem e o magistério. Esta foi uma maneira delas terem acesso a um nível de educação mais elevado, assim, enfrentariam menos obstáculos para chegar a este objetivo. No mercado de trabalho, o campo da educação se perpetuou entre as mulheres no século XX e assim foi havendo outras oportunidades de profissões, mas que atualmente essa preferência por profissões vinculadas ao cuidado ainda persiste. Mas apesar desse fato existir, tornou possível a inserção do sexo feminino adentrar na vida pública.

Para as autoras Prá e Cegatti (2016), a feminização acontece através da segregação horizontal, que nada mais é que a acumulação de mulheres em profissões femininas e essa segregação está em conjunto com a segregação vertical, que se compreende como as dificuldades para chegar em cargos altos se tratando da hierarquia profissional. Há um contraponto em relação a isso, porque apesar das mulheres que têm um nível de escolaridade maior, elas encontram dificuldades constantes em subir de cargos no mercado de trabalho.

Essa segregação é identificada pelo nome de “teto de vidro”, que se refere às dificuldades baseadas em gênero que impossibilita a conquista em altos cargos. Esses obstáculos são construídos devido ao preconceito relacionado às habilidades das mulheres e a sua carga extra de trabalho, que são as tarefas domésticas e o papel maternal para aquelas que são mães, gerando assim, outras jornadas de trabalho. E elencando com este assunto sobre as atividades domésticas e o exercício da maternidade, isso se torna um fator crucial para que as mulheres deem uma pausa em suas carreiras e que beneficiam os homens de conquistarem os mais altos cargos e de se dedicarem mais às suas carreiras, alcançando maiores salários. (Prá e Cegatti, 2016 apud Bonelli; Cunha; Oliveira; Silveira, 2008).

Recapitulando, a inserção das mulheres na esfera pública foi a partir do magistério na educação básica onde era reforçado os ensinamentos sobre as atividades domésticas e a inserção delas nas universidades e no mercado de trabalho tiveram associação com as

obrigações domésticas. Apesar dessa mudança do sexo feminino para o espaço público, que é significativa, ainda não é o suficiente para reparar todo o preconceito sofrido pelas mulheres. Apesar de elas serem a maioria, são os homens que ocupam os maiores cargos no mercado de trabalho. E o trabalho doméstico não remunerado ainda segue sendo uma “atribuição” feminina.

Tratando ainda do século XX, com a modernização das cidades como efeito da globalização, houve crescimento da industrialização e isso fez com que aos poucos as mulheres obtivessem a sua cidadania construída. A sociedade na época ficou rearranjada da seguinte maneira: as mulheres de classe social média passaram a ter perspectiva de trabalho em áreas como a enfermagem, a docência e o secretariado, enquanto que as mulheres da classe popular, mais especificamente a população negra, lhe restavam os empregos nas fábricas ou os empregos informais.

As categorias raça, classe e gênero são fundamentais para se compreender os processos sócio-históricos no Brasil. Durante o período colonial no Brasil, as mulheres negras eram destinadas a exercerem trabalhos domésticos e não possuíam acesso à educação, ao contrário dos brancos, que eram educados pelos seus familiares. Nesta época a educação tinha uma relação forte com as questões de raça e classe social, o que não difere muito dos tempos atuais. Com a abolição da escravidão, esperávamos que as pessoas que foram escravizadas seriam reparadas por toda a violência e humilhação que lhes foram causadas. Mas infelizmente houve o descaso com a população negra. Esta população foi deixada à própria sorte. Não foram amparadas para que pudessem constituir suas vidas como cidadãos, para viverem de forma digna. As mulheres negras foram as que mais sofreram, pois ainda eram submetidas a exploração e submissão, ou seja, a escravidão continuava de outra forma, mas de uma forma mais mascarada. A elas eram concedidas tarefas mal pagas e trabalhos domésticos e os direitos básicos como a saúde e a educação só eram inerentes às pessoas brancas.

As consequências do colonialismo na educação brasileira foram graves a ponto de haver uma desigualdade que foi tida como se fosse um processo natural. A exclusão das mulheres também nesse processo foi fruto do patriarcado e que desde o início da socialização de meninos e de meninas, havia a segregação referente a qual tipo de conhecimento e habilidades seriam ensinados a cada um. As mulheres eram muitas vezes desviadas das áreas das ciências e incentivadas a se engajar em atividades voltadas para o cuidado, o que as

obrigava a lidar com múltiplas jornadas, envolvendo a maternidade e os afazeres domésticos. As mulheres não podiam participar do espaço público, eram distanciadas dos espaços públicos e a sua presença era limitada a atividades religiosas.

E nesse período colonial os jesuítas tinham como projeto, delegar trabalho intelectual apenas para a elite e, as mulheres, teriam instruções nos conventos. Mas o acesso a essa instrução nos conventos só era permitido para pessoas de famílias que pudessem pagar por isso, gerando assim, mais uma exclusão, mais ainda para as mulheres negras. Entretanto, essa instrução que recebiam era somente sobre cozinhar, ler, escrever, bordar e ensinamentos católicos. Os indígenas foram os pioneiros em solicitar a educação para as mulheres, pois viam suas mulheres como companheiras. O pedido foi feito para o padre Manoel de Nóbrega, que enviou para Dona Catarina, a rainha de Portugal da época e, a mesma negou o pedido. Mesmo com a negação da rainha, a Catarina Paraguassú foi a primeira brasileira a ser alfabetizada, mas recebeu instrução limitada, como ainda era para as mulheres deste período.

E é datado que é no século XIX que houve a primeira determinação para que as mulheres pudessem ter instrução. Em 15 de outubro, no ano de 1827 foi criada a Lei Geral do Ensino, na qual se constituía de regras sobre a remuneração de professores e professoras, sobre a aceitação de professores em escolas e a criação delas para as meninas. Como também o que poderia ser ensinado nas escolas frequentadas somente por mulheres. Havia restrições sobre o ensino que fosse fora do esperado. Para as meninas, que podiam apenas fazer o ensino do primeiro grau, este era composto de disciplinas tidas como simples, como economia doméstica e costura e para os meninos, que podiam fazer o segundo grau, estudavam economia social.

Na sociedade brasileira é perceptível como se dá a segregação racial e a divisão social e sexual do trabalho produtivo e o reprodutivo. A hierarquia vai ganhando força cada vez mais, criando-se essa dicotomia entre os gêneros, onde o que é associado a mulher não tem valor e ao que é associado ao homem é estimado aos olhos da sociedade. O final do século XIX e o início do XX foi associado a atribuir características como a intelectual, emocional e psicológica diferentes entre os gêneros. O percurso para elas conquistarem o acesso a uma educação formal foi difícil e houve muitas lutas.

No Brasil, a partir dos anos de 1850, a educação passou a ser transferida da casa para um ambiente escolar, entretanto, logo de início essa mudança não foi aceita rapidamente,

levou um tempo para que a população aceitasse. Destacando que essa realidade ainda era exclusiva de pessoas economicamente privilegiadas. Mas ao longo do tempo as mulheres passaram a frequentar cada vez mais os espaços educacionais; a princípio os colégios da corte imperial na cidade do Rio de Janeiro em 1850. Ainda havia a persistência de que a educação para o grupo feminino tinha que ser moralista e com pouca intelectualidade, já que eram consideradas desqualificadas para viverem a sociedade como um todo. Elas recebiam educação com cunho doméstico e higienista para cuidar da saúde do marido e dos filhos. E reforçou a atribuição para a mulher, de ser a total responsável pela organização, alimentação, saúde e higiene de sua família.

Na situação em que o país passava pelo regime escravocrata, era a aristocracia que possuía acesso à aprendizagem da leitura, escrita e as pertencentes deste grupo social tinham uma vida definida e planejada pelos homens ao seu redor, como o pai e o marido. Não podiam escolher o que iriam estudar, mas afinal, não podiam escolher nem com que iam se casar, quanto mais o que iriam estudar.

Em 1870 foram fundadas escolas protestantes e foram as que começaram a permitir o acesso conjunto de meninos e meninas às mesmas salas. Mas ainda nesse período as mulheres não podiam ensinar para meninos que tivessem mais de 12 anos de idade, pois acreditava-se que elas tinham habilidades com crianças. Em 1879 é o ano em que finalmente as mulheres puderam frequentar o ensino superior.

Porém, como podemos perceber, mesmo com o acesso à educação e a instrução sendo praticamente nulos durante 327 anos, algumas mulheres resistiram ao sistema patriarcal. (Alves & Dorotéo, 2021, p. 6).

Apesar dos muitos anos que se passaram para essa conquista ser efetivada, foram as mulheres que fizeram com muito esforço, o seu próprio protagonismo para que as mulheres do presente pudessem usufruir desse sucesso. E a educação deve ser acessada por todos, independentemente do gênero, da classe social ou da raça. É através da educação que evoluímos e entendemos o mundo ao nosso redor:

Estudar como decorreu esse processo educacional, precisa servir não apenas para conhecimento, mas deve gerar inquietações e discussões acerca das relações sociais de gênero e como elas influenciam a vivência de diferentes oportunidades, sejam elas educacionais, profissionais ou sociais. A educação deve ser libertadora e emancipatória, sendo através dela possível desconstruir a hierarquização entre os

sexos e as desigualdades de gênero construídas socialmente. (Alves & Dorotéo, 2021, p. 6).

No início do século XX havia o Estatuto da Instrução Pública onde exigia que as mulheres só se tornassem professoras se o seu estado civil fosse de solteira ou viúva. Casadas não podiam se tornar professoras, caso contrário, teriam que deixar o cargo. Algumas mulheres tiveram destaques na luta por igualdade de gênero, como a Nísia Floresta Brasileira Augusta, que é considerada como a primeira escritora negra do Brasil. Ela contribuiu para favorecer a educação para as mulheres e contribuiu para a abolição da escravidão e a Maria Firmina dos Reis, que denunciou as explorações contra a população negra no país. As lutas feministas foram cruciais para que se houvesse conquistas significativas e combates contra as desigualdades de gênero.

Ainda no século XX, mais especificamente nos anos de 1950 a 1960, movimentos sociais e os movimentos negros do Brasil reivindicavam por uma educação igualitária, pois a educação para a população negra era diferente porque se tratava de uma educação voltada para o trabalho, enquanto a educação da elite envolvia as ciências.

O resultado dessas lutas foi a criação de cursos para alfabetizar pessoas com atrasos nos estudos, mas com o golpe de 64, houve retrocessos. Foram realizadas reformas nos ensinos básico e superior pelos militares e deram apoio para a iniciativa privada na educação, isso fez com que a educação popular não tivesse a devida atenção, diminuindo os recursos financeiros desta. O ensino médio e superior passou a ter investimentos da iniciativa privada. Com a tal reformulação, as universidades públicas passaram a atender majoritariamente as classes sociais altas, tornando mais seletivos estes espaços. Consequentemente, a classe trabalhadora era empurrada para os cursos profissionalizantes para perpetuar mão de obra e às universidades privadas para quem tivesse “disponibilidade” de estudar e trabalhar.

Para as que exerciam o trabalho doméstico, estas ficaram de fora do acesso à educação, não havia uma política que lhes garantisse tal acesso, restando-lhes apenas ações assistenciais, com capacitações de cunho doméstico como culinária e costura e distribuição de cestas básicas. É de se surpreender que depois de tantos anos, muitas coisas ainda se repetem.

Através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1971, se revolucionou a educação para as mulheres, esta lei foi determinante para acabar com as dificuldades de termos uma educação formal. Aqui foi onde o ensino secundário ganhou importância, já que antes era tido como apenas um curso profissionalizante, desde então ele passa a dar acesso ao Ensino Superior.

Mas com a população negra, principalmente as mulheres, precisavam trabalhar para se sustentar e sustentar as suas famílias e esse é um fator decisivo sobre como essas mulheres vão conseguir ou manter os estudos. As que conseguiam dar continuidade nos estudos era só até o profissionalizante, já que esse modelo era voltado para a classe trabalhadora.

Para aquelas que eram empregadas domésticas, em sua maioria, mulheres negras, as ações governamentais não favoreceram para que tivessem capacitação profissional e não garantiram acesso ao ensino superior. E a sociedade não via o trabalho doméstico como algo a ser considerado como um trabalho que pudesse ser registrado na carteira de trabalho, não o viam como um trabalho digno. No ano de 1972 houve resistência em considerar um emprego e em vincular os direitos trabalhistas a essa forma de sustento. Na década de 80 muitas empregadas domésticas ainda não tinham uma escolaridade ideal, a maioria não sabia ler e nem escrever. O governo neste período só garantia ações quando havia outros interesses por trás, como o apoio político.

Desde muito tempo, percebeu-se que há dicotomia relacionada a projetos educacionais no Brasil. Por um lado, havia o projeto que privatiza a educação, que é vista como um bem privado e o outro projeto defende uma educação pública e de qualidade, na qual a classe trabalhadora, estudantes, movimentos sociais, sindicatos e professores lutam pela sua resistência. Mas em 1988, com a Constituição Federal em seu 5º artigo, esse cenário foi sendo modificado e a educação passou a ser assegurada como um direito social.

Através da Constituição Federal de 1988, a educação foi atestada como um direito social e o seu esforço foi para que se reduzisse o máximo possível a analfabetização e que as pessoas cursassem a série de acordo com as suas idades. Com o tempo, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, conhecida como a LDB e em 1996 a sua implementação colaborou para a entrada de jovens de classe popular no mercado de trabalho mais cedo por meio do programa de Educação de Jovens e Adultos. A maioria que frequentava eram pessoas com atraso em relação à escolaridade e que tinham trabalhos mal remunerados, como

no caso da população negra, mais especificamente as donas de casa e as trabalhadoras domésticas. Os jovens da classe trabalhadora que possuem uma escolarização atrasada, tinham dificuldades de adentrar ou permanecer no mercado de trabalho, portanto, necessitavam retornar aos estudos para que conseguissem alcançar o nível superior e assim, poder concorrer a vagas de emprego com remunerações melhores.

Nos anos 90 os movimentos negros conseguem com que haja cursos de pré-vestibular comunitário e esses programas conseguem dar uma ótica diferente sobre as realidades de seus participantes, fazendo com que fossem qualificados para a prova do vestibular e também os tornando militantes. Essas ações afirmativas aconteceram nos estados da Bahia e do Rio de Janeiro e foram um marco histórico na história da educação brasileira, pois desta forma o acesso à educação de nível superior pela população negra se tornou algo menos distante de suas realidades. A inserção das mulheres negras nestes cursos preparatórios foi de suma importância para o fortalecimento das reivindicações associadas principalmente à educação. Os movimentos sociais e os movimentos negros se fortaleceram e no decorrer desse processo histórico, as categorias raça e educação foram ganhando notoriedade na sociedade brasileira.

O primeiro curso pré-vestibular comunitário na cidade do Rio de Janeiro foi o Pré-vestibular para Negros e Carentes. Ele era dirigido por religiosos católicos compostos por militantes negros. Os professores deste projeto prestavam o voluntariado e tinham como objetivo preparar os jovens, mas também os adultos para terem a possibilidade de concorrer nas vagas das universidades públicas como também, prepará-los para a militância. Em Salvador, houve o projeto Pré-vestibular para Negros e Carentes do Instituto Steve Biko, em 1992. Essa ação afirmativa além de contribuir para a possibilidade de acesso da população negra na educação de nível superior, também criou fortalecimento e estratégias de lutas antirracistas, através do incentivo à militância. Principalmente para as trabalhadoras domésticas, o pré-vestibular comunitário foi um horizonte de luta:

Assim, a educação superior que fora historicamente negada para a população negra, em especial, para as trabalhadoras domésticas negras, passou a ser um horizonte de luta das mulheres negras, principalmente da Juventude negra que assistiu a geração anterior, a de seus pais, ter o direito à educação superior negado pelo poder público e pelas elites brasileiras. (Henriques, 2017, p. 6).

A realização do I Encontro Nacional das Mulheres Negras e o I Encontro Nacional de Entidades Negras, colaborou para o reconhecimento da categoria racial e a potência da

Juventude feminina negra no Brasil. As lutas pelo direito à educação não são recentes e foi preciso uma grande mobilização e persistência dos movimentos negros. E tais movimentos denunciavam a exploração de trabalho e a condição de vida dessa população. Foi nítida essa reivindicação na marcha que foi realizada em 1995, denominada de Marcha do Zumbi dos Palmares, em Brasília. Estavam presentes os representantes dos Movimentos negros e estes elaboraram um programa intitulado de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial que foi entregue ao presidente da época, o Fernando Henrique Cardoso. O programa denunciava o racismo e as suas consequências, como a violação de direitos. E por meio deste programa foi possível exigir criação de ações afirmativas para o acesso da população negra em cursos de capacitação profissional.

Para o governo brasileiro implementar ações de combate ao racismo, o mesmo se baseou nos movimentos negros da África do Sul, por meio da Conferência Mundial Contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobias e Intolerâncias Correlatas, realizada na cidade de Durban. O governo acompanhou as propostas da declaração de Durban e se propôs em seguir as diretrizes sobre o combate ao racismo e a discriminação. A partir desse segmento o Brasil se concentrou em estabelecer ações afirmativas e criar políticas sociais também na área da educação, assistência social e saúde.

Uma conquista alcançada a partir de implementações do governo foi a criação da Lei nº 3.708/2001, na qual decretou que seja disponibilizado na Universidade Estadual do Norte Fluminense e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro 40% das vagas para pessoas negras e pardas. Essa ação afirmativa foi a primeira a ter como critério a categoria raça. A autora Cibele Henriques também menciona que esta lei foi revogada com a Lei nº 4.151 de 2003 onde foi reformulado o quantitativo e foi acrescentado o percentual para os que vinham de escolas públicas. Passou para 20% para quem viesse de escolas públicas, 20% para pessoas negras e 5% para pessoas com algum tipo de deficiência.

Até os dias atuais, o fator raça cria debates sobre a sua necessidade. Há quem defenda e há quem acha que raça não deve ser um critério considerado necessário para que haja possibilidade de acesso ao ensino superior, mas é provável que para se chegar a essa opinião de que raça não é um critério a ser considerado, a pessoa não deve ter compreendido toda uma história de resistências e dificuldades que a população negra vem enfrentando para que os seus direitos sejam atendidos. Isso advém de um discurso meritocrático com resquícios colonialista e elitista, que ainda permeiam nas esferas da vida social. A tentativa dessa

afirmativa ser considerada institucional foi um exemplo da não compreensão da importância em garantir direitos básicos, como o da educação, para a população que foi excluída do exercício da cidadania:

Inclusive, a Lei nº 4.151/2003, que institui as cotas na UERJ foi objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3197, ajuizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pela da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen). Tal decisão de inconstitucionalidade foi revogada e, posteriormente foram instituídas modificações no processo de implantação das cotas raciais na UERJ, bem como dispõem as Leis nº 4.680/2005; 5.074/2007 e 5.346/2008. (Henriques, 2017, p.8).

Após muitos debates entre os movimentos sociais, foi aumentando a crítica em relação aos vestibulares com cunho meritocrático, que excluíam as minorias dos espaços das universidades públicas. E dentro desses espaços as ações afirmativas também foram ganhando força. A primeira universidade pública a adotar cotas raciais foi uma universidade federal, a Universidade Federal de Brasília, a UnB. As cotas nesta universidade foram inseridas no vestibular de 2004. Para que o Governo Federal instituísse a política de cotas nas universidades federais foi necessária uma década depois das afirmações afirmativas serem das implementadas graças as lutas dos movimentos negros. A lei referente às cotas está decretada como Lei nº12.711/12. Ela decreta que metade das vagas das universidades e em outras instituições federais de ensino superior sejam destinadas a pessoas oriundas de escolas públicas. O resultado dessa política pública é representado nos dados trazidos pelas instituições que trabalham com estatísticas, inclusive no campo educacional:

Com base nas estimativas da PNAD, foi possível verificar a ampliação da participação de negros na frequência do ensino superior, tanto público como privado. Nos dados do CES, em que pese a alta subnotificação do quesito racial, é possível identificar, em instituições federais de ensino superior (IFES) selecionadas, relevante Índice de Inclusão Racial (IIR). (IPEA, 2020).

Com esse novo cenário, a população negra foi se inserido cada vez mais nos espaços educacionais e as mulheres negras, elas estão sendo as que mais frequentam as universidades em comparação com os homens negros. A autora relata que essa diferença no quantitativo de acessos relacionada ao gênero se dá pelo fator da violência urbana, que acomete os homens negros. Outro dado que a autora Henriques também traz, que é importante mencionar é que a quantidade das jovens negras no trabalho doméstico está diminuindo e que isso pode ser

causado pelas políticas públicas que incentivam os estudos, por meio das cotas raciais e pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), por exemplo.

O quantitativo das mulheres no trabalho doméstico pode variar de acordo com o cenário econômico do país, mas vale ressaltar que houve possibilidade de mudança positiva na realidade das mulheres negras, principalmente das jovens negras. Porém, não basta apenas olhar os números associados ao ingresso nas universidades públicas, mas também é extremamente fundamental que se observe a permanência desta população nestes espaços. Observar o tempo em que conseguem se formar e ao concluírem o curso, quanto tempo levam para ingressar no mercado de trabalho referente a carreira escolhida.

As desigualdades sociais interferem diretamente no acesso e na permanência escolar das meninas e dos meninos negros. A eficiência que as políticas públicas podem ter é crucial para o desenvolvimento da educação. Não há as mesmas oportunidades para as meninas e meninos negros em vários aspectos e se tratando da educação, essa desigualdade gera consequências para o futuro dos mesmos. Com o seguinte dado trazido pela autora, nota-se a fragilidade que ainda é existente na educação acessada pela população negra:

“[...] entre os que não concluíram a educação básica, 71,7% são negros; apenas 18,3% dos negros entre 18 e 24 anos frequentam o ensino superior, contra 36,1% dos brancos da mesma idade”. (Melo, 2020, p.1).

Vimos que não é somente o fator racial que é decisivo no acesso à educação assim como, não é o único decisivo na conquista de uma carreira, mas também o fator gênero acompanha esse percurso. Dessa forma, é essencial compreender e analisar como se deu a criação da legislação da educação e as suas transformações ao longo da história brasileira; é por meio da compreensão e análise que se obtém reflexões e críticas acerca do contexto educacional atual e assim, é possível criar mais políticas públicas a favor da educação pública e de qualidade. Para entender o presente se faz necessário ter conhecimento do passado. É de suma importância conhecer e reconhecer as lutas dos movimentos negros para sabermos o quão dificultoso foi o processo para chegar aos resultados que hoje temos e que como forma de gratidão, precisamos continuar lutando para haver melhorias mais significativas ainda nas políticas públicas.

A educação brasileira iniciou com viés racista e sexista, excluindo as mulheres e a população negra, colocando-os em situações de dominação. Mas isso não significou que esses

grupos se calassem e se conformassem. Conhecemos histórias de personalidades femininas que lutam/lutaram pelos seus direitos, a exemplo das mulheres quilombolas.

Conforme Melo (2020), em 1992 na América Latina e no Caribe, elas fizeram parte da criação do Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, no qual foi determinado na República Dominicana, no decorrer do 1º Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas. Vinte e dois anos após esse encontro ter sido realizado, aqui no Brasil essa data foi instituída em 2014 como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. Ela foi uma governante de um quilombo chamado Quilombo do Quariterê, localizado nas proximidades de Cuiabá. Pouca gente sabe dessa história, mas não é novidade de que muitas das histórias das personalidades negras são apagadas e o que nos contam é que a população negra foi escravizada e para por aí. Não nos contam em detalhes como esse povo resistiu às barreiras para serem livres e como conquistaram os direitos sociais que a população negra atual usufrui.

Julho das Pretas, o mês dedicado para atividades educacionais, políticas e culturais, foi um pensando para fazer tais ações com o propósito de combater o racismo e a invisibilidade. Tendo início a partir de 2019, julho das Pretas é feito por pessoas capacitadas para abordar questões como a educação, criando materiais didáticos e realizando exposições de livros com as comunidades escolares e em outros espaços públicos. Essas ações contribuem muito para a educação e para o letramento racial na sociedade. É uma forma de resistência, é uma forma de manter a memória e a cultura negra viva. Os movimentos negros fortalecem as políticas públicas:

A articulação dos movimentos das mulheres negras conquistou resultados também na educação formal, pois contribuiu para a criação de instrumentos legais para a valorização da cultura e da população negra na educação como a Lei nº 10.639 (2003) e o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, 2010), ambas determinaram parâmetros para o ensino sobre a História e a Cultura Afro-Brasileira nas escolas das redes pública e privada. (Melo, 2020, p.3).

Dito isso, as ações afirmativas contribuíram e contribuem para os acessos nos espaços da vida pública, nas questões identitárias e na valorização da cultura afro. As lutas antirracistas estão cada vez mais presentes nas escolas, nas universidades, nos espaços culturais e isso vai gerando elementos positivos para a população negra, que vai conquistando força cada vez mais.

Ao fazer uma análise do processo sócio-histórico no Brasil até os anos 90, percebe-se nitidamente o quão uma parte da sociedade carrega as marcas do período escravista, principalmente na educação. Apesar de ter se passado muitos anos, todo o processo para se obter uma sociedade mais democrática foi muito lento. O Estado insistiu no conservantismo. O patriarcado tendo força, contribuiu para que a sociedade brasileira reprimisse os movimentos sociais fazendo com que houvesse dificuldades para as minorias aonde quer que fossem. O país se estruturou com base no período colonial. A sua organização política, a organização de trabalho e a vida como um todo tem influências dessa época e resultou em formas de como os valores, comportamentos e padrões são instituídos na sociedade. Exemplo disso é a cultura do privado em relação ao público, hierarquias e desigualdades de gênero.

Em relação ao campo da educação, segundo Guedes (2008), houve o fenômeno da intensificação de mulheres no ensino superior através do aumento do número de vagas:

A expansão da escolaridade no Brasil - assim como o aumento do número de vagas oferecidas nas universidades desde a década de 1970 - foi um fenômeno observado em maior intensidade no contingente populacional feminino. Nesse curto período, as mulheres conseguiram reverter um quadro de desigualdade histórica e consolidar uma nova realidade, em que são mais escolarizadas que o contingente masculino. (Guedes, p.3, 2008).

Nota-se nas últimas décadas que houve um crescimento de mulheres no ensino superior e em cursos diversos, até nos cursos classificados como “masculinos”. Daí surge a reflexão sobre como as mulheres conseguem acessar ao ensino superior e chega-se à hipótese de que as formas de acesso foram mudadas com o tempo. As mulheres chegaram à docência no ensino superior, mas esse fato ainda não quer dizer que há igualdade de gênero, pois os homens são os que ocupam a maioria deste cargo. No capitalismo, o racismo e o patriarcado ganham forças e a dominação dá espaço para as injustiças sociais, que recaem sobre as relações de gênero, sobre as classes sociais e sobre os grupos étnicos. Essa junção do capitalismo, racismo e o patriarcado é utilizado constantemente pela elite e reforçam um padrão da sociedade: o homem branco.

Na história escrita brasileira, as mulheres pouco ou quase nada foram citadas, apesar de terem feito parte da história, estavam em situação de exploração, sendo que os homens estavam sendo citados como os atores principais. As mulheres constituíram a base da

sociedade e exerceram funções que cuidavam dos outros, como babás, amas de leite, parteiras entre outras. A caminhada das mulheres na sociedade foi expressa com muita luta e resistência. No mercado de trabalho, enfrentam dificuldades como o assédio sexual, variação de salário e a desqualificação intelectual.

Como dito anteriormente, o campo da docência foi um campo que possibilitou que muitas mulheres acessassem o mundo do trabalho, sendo um meio de obter a sua subsistência para aquelas que não pertenciam a uma alta classe social. A partir desse contexto, a área do magistério se tornou feminina, como também outras carreiras e até níveis de ensino. Com isso, percebe-se que são tipos de ocupações que não estão desvinculadas dos papéis impostos às mulheres, como a maternidade, o ato de cuidar e as tarefas domésticas.

No entanto, por mais que a entrada na universidade indique longevidade escolar, não é uma garantia de sucesso. A permanência do estudante das camadas populares na universidade é difícil e marcada por uma série de fatores e obstáculos que vão surgindo ao longo do percurso. A permanência de estudantes em vulnerabilidade econômica é ameaçada e é necessário criar estratégias para driblar essas dificuldades. Com as mulheres tendo acesso cada vez mais à graduação, a exigência para que elas consigam dar conta de todas as atividades que realizam em todas as esferas da vida, de maneira eficaz, aumentaram.

E para além das desigualdades de gênero, é crucial considerar o impacto do racismo na educação e no trabalho, especialmente para as mulheres negras. A discriminação racial cria barreiras adicionais que dificultam o acesso a oportunidades educacionais e profissionais. Cibele Silva Henriques (2015) enfatiza que as mulheres negras enfrentam estereótipos e preconceitos que as colocam em desvantagem, limitando suas escolhas e perspectivas. O racismo estrutural, que é um sistema de desigualdades e discriminação racial enraizado nas estruturas sociais, políticas e econômicas de uma sociedade. Diferente de atos individuais de preconceito, ele se concentra em formas sistêmicas de perpetuação da desigualdade com base na raça. E isso influencia na qualidade da educação oferecida a comunidades negras, contribuindo para o ciclo de desigualdades. A falta de investimentos nas instituições de ensino nas áreas de vulnerabilidade econômica e a pouca efetividade das políticas públicas voltadas para estas questões, são apenas alguns dos motivos que perpetuam a exclusão educacional e no mercado de trabalho das mulheres negras.

Queiroz (2001) menciona o fato de que as mulheres negras optam por carreiras menos disputadas pelo motivo de haver “menos concorrência” em comparação com as carreiras que geralmente são cinco vezes mais disputadas. Perante essa informação, as mulheres estão representadas por carreiras de menor valorização social. Além disso, a autora aborda como exemplo para representar esse argumento, o que se observa nas escolhas de carreiras que a maioria das mulheres optam, através de como os cursos são organizados pelo tipo de conhecimento, denominados de área I, área II e área III. Exemplo esses são os cursos da área I, que são os cursos de ciências naturais e biológicas, na qual o grupo feminino segue a carreira da matemática, química e de estatística, que são profissões não muito valorizadas. Seguindo a carreira no magistério; que também é tida como um interesse feminino.

Nas engenharias, é bastante nítido como a relação de gênero se perpetua, que majoritariamente do público é do gênero masculino. Nessas carreiras, o acesso para as mulheres é bem menor e para as mulheres que são pretas, é menor ainda. Isso demonstra que para as mulheres há uma enorme lacuna para alcançar carreiras que são mais valorizadas, portanto, existe a dificuldade de terem maiores rendimentos no mercado de trabalho, ainda mais se tratando de carreiras dominadas por homens. Esse cenário representa estereótipos vinculados às mulheres. Esse estereótipo cria barreiras que dificultam o acesso delas a carreiras que são conhecidas como “masculinas”, além disso, contribui para determinar posições inferiores para elas na competição para o acesso ao curso universitário.

Se tratando da área II, conhecida pelos cursos de ciências biológicas, nesse campo há uma presença feminina forte, exceto nos cursos de medicina e de agronomia. As mulheres tiveram uma presença mais significativa na medicina no período dos anos 80, chegando a superar os homens. A desvalorização da carreira médica resultou em salários mais baixos e piores condições de trabalho, levando os homens a procurarem profissões mais atraentes. Sendo assim, esse espaço deixado pelos homens foi preenchido pelas mulheres, aumentando assim, a sua presença nessa carreira. Mas no decorrer dos anos 90, a situação mudou e os homens passaram a ocupar novamente o curso de medicina devido à redução de ofertas de trabalho no final dos anos 80, ocasionando esse retorno ao curso.

Com isso, o acesso para as mulheres foi novamente dificultado, então quem não conseguiu acessá-lo, recorreu aos cursos semelhantes, que seriam os de medicina veterinária, enfermagem, nutrição e odontologia, sendo carreiras que lidam com o cuidado. Outra área

que as mulheres são a minoria, é a da agronomia e é fácil dizer que o motivo provável é referente aos argumentos sobre o porte físico do corpo feminino.

Referente a uma classificação geral, os cursos que têm mais a presença feminina são o de enfermagem e o de secretariado, este ficando em primeiro lugar; graduações estas que estão associadas ao cuidado. Nos cursos de área III, que são pertencentes aos conhecimentos das ciências humanas, é onde há realmente a predominância de mulheres. Esses dados foram mencionados por Queiroz (2001), através da pesquisa direta realizada na Universidade Federal da Bahia (UFBA), por meio dos arquivos institucionais para os anos de 1993, 1994, 1995 e 1997. E dentre estes cursos, a psicologia é considerado um curso que possui um prestígio social alto em que as mulheres são a maioria. O que remete ao curso de Serviço Social, um curso novo na UFBA, instituído em 2010, outro curso que a maioria dos estudantes são mulheres, como no caso de enfermagem, que similarmente surgiu com cunho religioso.

Esses fatos revelam que a sociedade impõe expectativas e padrões de gênero que influenciam as escolhas profissionais das mulheres desde cedo. A ideia de que as mulheres são inferiores aos homens em termos de força, inteligência ou habilidade limita as suas possibilidades de desenvolvimento e realização. Além disso, as mulheres muitas vezes internalizam esses estereótipos e se excluem de certas áreas que consideram inadequadas ou inacessíveis para elas.

Para enfrentar os desafios da relação entre gênero, trabalho e educação, é necessário um esforço conjunto da sociedade, governos e instituições educacionais. A promoção de políticas de igualdade de gênero, a desconstrução de estereótipos e a valorização das diversidades são passos fundamentais. No caso das mulheres negras, o combate ao racismo deve ser central. Isso envolve a criação de programas de inclusão educacional, a promoção da representatividade negra no ambiente escolar e a conscientização sobre as formas sutis e explícitas de discriminação racial. A relação entre gênero, trabalho e educação é complexa e multifacetada. Ao compreender as teorias que explicam as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, especialmente as mulheres negras, a sociedade pode se tornar mais igualitária, na qual todas as pessoas tenham oportunidades justas de educação e crescimento profissional.

Mas ao se falar das mulheres no acesso ao nível superior, é importante destacar que além de desempenharem esse papel de universitárias, elas desempenham outros papéis em

suas rotinas, papéis esses como de donas de casa, mães/cuidadoras e trabalhadoras. A partir do conjunto dessas circunstâncias, que podem ser complexas, surgem as dúvidas de como são as suas vivências e quais estratégias utilizam para driblar as dificuldades da tríplice jornada de trabalho. Mas enfatizo que o foco aqui é falar da rotina de mulheres de baixa renda, que possuem um cotidiano exaustivo, não por questões de preferência ou por questões de hiperatividade e nem por questões de romantização, como muitas pessoas ultimamente associam, mas sim por necessidade.

Além de todos esses percalços de rotina de trabalho formal ou informal com os estudos, ainda têm o acréscimo do trabalho doméstico. Esse é, desde então, um papel muito associado às mulheres. Sem contar que é nítida a falta de incentivo para as mulheres estudarem. A sociedade ainda continua impondo papéis que elas “deveriam” ter e isso faz com que muitas delas criem desânimo para dar início ou continuidade no processo da trajetória da educação. Há outra questão relacionada às mulheres, que é há aquelas que desempenham o papel de mãe, sendo este um fator importante, que altera os planos de quem vai matricular.

No período do ensino médio, é um momento que algumas mulheres viram mães e para quem tem o desejo de cursar o nível superior, esse desejo acaba sendo adiado por um certo período, em ambientes familiares onde a mulher não teve rede de apoio para dar continuidade aos estudos. Como cada caso é um caso, há casos que apesar das dificuldades, havendo mobilização das pessoas próximas delas, o processo para terminar o ensino médio ou de prestar um vestibular fica menos árduo e distante. Porém, entretanto, todavia, nem todas as famílias podem dar esse suporte e incentivo para as suas filhas, estão ocupadas demais tentando sobreviver e tentando dar pelo menos uma condição razoavelmente boa para seus integrantes. E desta maneira acabam tendo um certo distanciamento com o mundo da educação.

Então, ao se alcançar a longevidade educacional nesses casos em que não há apoio da família, a determinação parte da própria mulher. Uma autodeterminação selvagem (Ávila e Portes, 2012, Apud Terrail, 1990). As dificuldades para estas mulheres não cessam somente na fase escolar, mas continuam e até pioram as dificuldades da permanência no ensino superior. Trata-se de uma fase marcante não só pelo contato com uma profissão, mas também marcada por sofrimentos e conflitos internos e externos a todo o momento.

O desempenho de todos esses papéis, dessa tríplice jornada, não é simples. As muitas demandas que as mulheres precisam dar conta, em diferentes espaços e tempos, se tornam surreais. Toda essa conjuntura propicia o desenvolvimento dos males do século XXI, o estresse, a ansiedade, a depressão e tantos outros sofrimentos psíquicos, causando instabilidades emocionais e que consequentemente, irão afetar as atividades que ela realizará; acaba por desenvolver a falta de atenção, insônia, irritabilidade, a imunidade cai, as dores chegam e tudo se somatiza. O desgaste físico e mental se instala e cadê o lazer ou o acesso a saúde de qualidade para essas mulheres de baixa renda cuidarem da sua saúde mental? Quase não existe.

IV PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO ENSINO SUPERIOR DA BAHIA: DADOS E ANÁLISES

Para compreender melhor as particularidades das estudantes universitárias, este capítulo abordará as estudantes em instituições de educação na Bahia, utilizando dados quantitativos e qualitativos consultados em artigos científicos e em sites oficiais de instituições que disponibilizam dados informativos, como a exemplo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), sobre a participação das mulheres na educação superior, bem como o crescente acesso da população negra a esse espaço. Gênero, raça e classe são categorias fundamentais neste debate e é a partir delas que discutiremos como essa população de mulheres negras em vulnerabilidade socioeconômica acessa o ensino superior e de que forma elas permanecem na universidade, considerando como é essa qualidade da permanência em relação às que possuem sobrecarga de demandas conciliando a faculdade, trabalho formal, trabalho informal, trabalho doméstico e em alguns casos, sendo mães.

O Brasil sendo a segunda maior população negra do mundo, se depara com desafios históricos na promoção da equidade no acesso à universidade. Como tentativa de promover essa equidade, foi criada a Lei de Cotas, a qual foi um marco importante na educação brasileira, facilitando o acesso das pessoas negras no ensino superior. O resultado disso foi o aumento de pessoas negras nas universidades, principalmente das mulheres negras que representam a maioria dos estudantes matriculados nas instituições de ensino superior. Para esse público em questão, foi necessário criar estratégias para que pudessem permanecer na universidade, devido às dificuldades que enfrentam pelo atrelamento do racismo e sexismo.

Essas dificuldades são maiores para as mulheres, especialmente para as mulheres negras que enfrentam as sobrecargas de serem simultaneamente estudantes, trabalhadoras formais ou informais, e, em alguns casos, mães. E na pandemia do COVID-19, essas dificuldades aumentaram, devido a crise econômica e o risco iminente de contaminação.

É válido salientar que o discurso meritocrático que critica a Lei de cotas ignora as particularidades que a minoria enfrenta todos os dias para conquistar algum objetivo. Entende-se que não basta apenas criar oportunidades para a população negra acessar a universidade; é essencial também desenvolver ou aperfeiçoar políticas públicas que garantem a permanência estudantil, especialmente para as estudantes negras. Isso inclui promover a participação eficiente nas atividades acadêmicas, fornecer ajuda de custo adequada, e ampliar

o horário da creche para atender as necessidades de estudantes que são mães e estudam à noite, sem uma rede de apoio. Essas são algumas das melhorias que podem contribuir para a permanência estudantil dessas estudantes através dos auxílios estudantis reformulados.

Dessa forma, este capítulo visa explorar tais questões, oferecendo um panorama sobre a participação das mulheres, com foco nas mulheres negras que possuem sobrecarga de papéis em relação a simultaneidade de ser estudante, trabalhadora formal ou informal e para algumas, sendo mães, no ensino superior na Bahia. Discuto aqui os desafios enfrentados por elas, como também os avanços conquistados, através de políticas públicas e a necessidade de tornar essas políticas mais efetivas para que principalmente as estudantes negras com vulnerabilidade econômica tenham tanto o acesso quanto a permanência de qualidade.

Além dessas questões, o capítulo abordará sobre o contexto da pandemia do Covid-19 e seus impactos na vida acadêmica dos estudantes. Mencionar este processo de passagem pela pandemia na vida dos universitários é de extrema importância, pois a crise global provocada pela Covid-19 impactou significativamente a vida acadêmica, principalmente para as pessoas em situação de vulnerabilidade social. A pandemia gerou mudanças drásticas no formato do ensino, com uma transição súbita para o ensino remoto, revelando desigualdades profundas no acesso à educação.

A existente sobrecarga de responsabilidades se agravou para muitos estudantes na pandemia. A conciliação entre os estudos, o trabalho (algumas pessoas sofreram com precariedade no ambiente de trabalho ou se não, o perderam), as tarefas domésticas e, para algumas mulheres, a maternagem, tornou-se ainda mais complexa. A falta de acesso adequado a recursos como internet de qualidade, aparelhos eletrônicos e um ambiente ideal ao estudo aumentou as dificuldades, levando algumas pessoas à evasão, como também afetou o rendimento nos estudos.

4.1 Classe, gênero e raça na universidade brasileira e na UFBA

Frente aos movimentos sócio-históricos que permeiam a trajetória da participação da mulher no corpo estudantil em campo universitário, é possível observar aspectos singulares no tocante aos processos de ocupação no contexto da Bahia, em razão das contradições que se instalam quando a questão racial é posta em pauta. Historicamente nomeado como o país de

maior população negra fora do continente africano (Pereira, 2012), o Brasil possui no estado da Bahia, estatisticamente, uma grande parcela da concentração de pessoas negras. Conforme dados coletados no ano de 2022 pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), 80,8% do contingente populacional baiano se autodeclara preto ou pardo. Em acréscimo, no tocante ao gênero predominante, o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado ainda no ano de 2022, aponta um quantitativo de 7.305.940 (51,7%) mulheres e 6.835.686 (48,3%) homens na população baiana. Logo, pode-se constatar que mulheres e pessoas negras são maioria na estatística do estado da Bahia.

Ainda sobre os dados do IBGE, nos anos de 2010 a 2022, no estado da Bahia, a posição no ranking diminuiu do 12º para o 9º como o estado mais feminino do Brasil. Superando locais como o Rio Grande do Norte, Piauí e o Ceará. Nesse período, o restante do país também se tornou mais feminino. O percentual de mulheres chegou a 7,4% e quanto ao percentual masculino foi de 5,5. A partir da análise destes dados, conclui-se que o quantitativo de mulheres cresceu não somente no estado baiano, mas em todo o país e nos locais em que mais houve crescimento populacional feminino foi no Rio de Janeiro com (52,8%), no Distrito Federal com (52,3%) e no Pernambuco com (52,3%). Apenas Mato Grosso (49,7%), Roraima (49,7%) e Tocantins (49,9%) foram os únicos estados em que o quantitativo de mulheres era menor.

Contudo, esses dados entram em contradição sob a ótica do perfil racial que ocupa, costumeiramente, grande maioria dos espaços de prestígio, denotando a hegemonia da população branca e masculina e a fatura de um passado colonial e escravista presente no estado, ainda que em um cenário oposto em termos de predominância quantitativa. Quando o percurso sócio-histórico do acesso e permanência no ensino superior na Bahia é posto em questão, não é diferente: embora entre as décadas de 2012 e 2022 tenha sido registrado um salto de cerca de 105% no contingente de estudantes negros no ensino superior, saltando de 412,2 mil para 845,1 mil (Polcri, 2023), a permanência estudantil da população negra é atravessada por inúmeros desafios. Apesar das conquistas promulgadas pela Lei de Cotas/14.832, de 12 de Julho de 2004 que viabilizaram maior equidade no tocante às matrículas estudantis em universidades baianas,

Apenas a vaga no ensino superior não é suficiente para garantir que um estudante tenha condições de permanecer cursando uma graduação. Afinal, o ambiente universitário é exigente, os horários das aulas por vezes podem inviabilizar um

trabalho remunerado e os custos mensais com materiais de estudo, transporte, moradia e alimentação são altos. (APUB, 2022).

Ainda conforme a APUB (Associação dos Professores Universitários da Bahia, 2022), “Apesar da melhora, o índice continua apontando a desigualdade presente na sociedade brasileira: pessoas brancas têm mais que o dobro de chances (22%) de conquistarem o diploma universitário”. Tal análise se estende ao estado da Bahia, tendo em vista os moldes do racismo estrutural que permeiam o estado e implicam na população branca, minoria quantitativa e maioria representativa no que se refere ao poder hegemônico, em local privilegiado em termos de território, renda, mobilidade e predominância em locais de destaque e prestígio (Pierson, 1973).

Assim, a preterição da população negra não somente culmina em sua baixa parcela de ocupação em cursos de graduação considerados de maior prestígio social – sendo o exercício profissional destes cursos em questão os que são abastados com os salários mais altos –, como, igualmente, em barreiras para permanência no próprio ambiente universitário de forma geral. Logo, a representatividade majoritária da parcela da população baiana em relação à conquista do diploma universitário não faz jus ao próprio perfil predominante da população do estado da Bahia, denunciando a presença de uma forte contradição.

Quando é realizada a intersecção da categoria “raça” com a categoria “gênero” em suas particularidades do território baiano, novos desdobramentos se instalam, acrescentando a este debate a necessidade de se pensar novas configurações centralizadas nos enfrentamentos da população feminina; de forma particular, no tocante ao acesso e permanência estudantil nas universidades enquanto mulheres, negras e baianas. Nas palavras de Santos (2009), a permanência é o “ato de persistir na continuação dos estudos que permita não só a constância do indivíduo, mas também a possibilidade de transformação e existência” (p.120).

Apesar da existência de auxílios estudantis, os valores fornecidos não são suficientes para cobrir todas as despesas. Além disso, esses auxílios não são concedidos a todos que necessitam. Apenas uma parcela dos estudantes tem acesso a eles, com um critério de seleção que favorece os mais pobres entre os pobres. Para as mulheres negras, essa situação é especialmente prejudicial, pois elas enfrentam discriminação tanto por gênero quanto por raça. Essa intersecção agrava ainda mais os desafios em um país onde o racismo ainda é prevalente, afetando inclusive a saúde mental desse grupo.

Segundo a APUB, mesmo antes da pandemia de COVID-19, uma pesquisa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) sobre a permanência dos universitários nas instituições de ensino superior revelou que as mulheres negras enfrentam as maiores dificuldades durante a graduação. A elitização e a hostilidade no ensino superior brasileiro são comportamentos enraizados na história do país. Nesse ambiente hostil e elitizado, as queixas das estudantes estavam frequentemente associadas a problemas emocionais (cerca de 24%) e à carga excessiva de trabalhos acadêmicos (23%). Além disso, há dificuldades relacionadas à linguagem dos textos acadêmicos.

Essas queixas refletem a opressão associada à raça e ao gênero, uma vez que a universidade parece não considerar que as mulheres negras estão na base da pirâmide socioeconômica brasileira, sendo pobres, desempregadas ou ocupando espaços precarizados de trabalho, sendo mães solo e provedoras de lares. Enfim, a mulher negra e estudante enfrenta muitos desafios uma vez que não está representada na organização da vida universitária, pensada para um outro público.

O acesso da população na idade ideal no ensino superior no país é insatisfatório se comparado com outros países de mesmo nível de desenvolvimento, segundo Salata (2018). Ainda em seu argumento, ele acredita que a questão social tem influência negativa no ingresso ao ensino superior, o que significa que a rede de educação superior ainda não alcança todo mundo. Isso fica evidente ao observar quem está ocupando os cursos mais prestigiados, como medicina, direito, psicologia e engenharia. Nesses cursos nota-se que são preenchidos majoritariamente por pessoas com poder aquisitivo maior, enquanto que os cursos menos procurados são preenchidos por pessoas com o poder aquisitivo menor.

O papel da assistência estudantil é fundamental para a vida acadêmica desses estudantes que com muito esforço ingressam na universidade pública, pois torna possível a permanência. E o conhecimento sobre a assistência por parte do estudante pode influenciar na sua escolha por começar ou não a graduação, além do mais, pode tornar a vida universitária mais efetiva. Santos (2009) descreve que a permanência na universidade tem duas categorias, a categoria material, que está associada aos recursos materiais e a categoria simbólica, que se trata de como o estudante é posto na universidade, tem relação com a sua identificação neste espaço e o sentimento de pertencimento.

De forma concisa, promover a assistência estudantil visando dar assistência material como também a simbólica, é fazer garantir a permanência de qualidade para estudantes de baixa renda, que em sua maioria são pessoas pretas e pardas, assim, se nas universidades tiverem mais pessoas negras, isso incentiva que outras pessoas negras permanecem na universidade através também da representatividade. Atender as necessidade dos estudantes pode diminuir cancelamentos de matrículas e evitar que o tempo para concluir o curso se estenda.

As ações afirmativas são uma forma de reparar os direitos retirados de parte da população brasileira e têm o objetivo de combater a discriminação, o preconceito e o racismo nas universidades e institutos federais. Na educação, essas ações fazem parte de políticas sociais que reservam vagas nas universidades para alunos de escolas públicas e/ou que se autodeclararam pretos e pardos. As cotas foram introduzidas no ensino superior brasileiro em 2003, com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) sendo a primeira a aplicar o sistema de cotas raciais.

No entanto, ainda existem discursos meritocráticos que alegam que as cotas são inconstitucionais. Esse argumento de mérito se baseia em valores morais e na crença de que os cotistas não possuem capacidade para ingressar e permanecer na universidade, além de considerar que a política de cotas é desigual e não reconhece os esforços individuais. Esses discursos refletem ignorância sobre a realidade social. As cotas foram criadas para garantir equidade no acesso às vagas nas instituições de ensino para aqueles que não tiveram a oportunidade de acessar uma educação de qualidade. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou o sistema de cotas como constitucional, permitindo que as universidades públicas reservem vagas para pessoas autodeclaradas afrodescendentes. Com o passar do tempo, mais pessoas foram tendo acesso através das cotas:

O número de estudantes que já ingressaram pelo sistema de cotas no Brasil nas últimas duas décadas não é conhecido, mas há algumas matérias publicitárias do Ministério da Educação que estimam que aproximadamente 150 mil já acessaram e se formaram. O impacto da política é enorme, especialmente se refletirmos como esta referência ecoa nestas famílias. (Almeida e Damasceno, 2018, p.3).

Em 2005, a UFBA implementou as cotas raciais após a decisão do Conselho Universitário, antecipando em oito anos a obrigatoriedade estabelecida pela Lei Federal de

Cotas (Lei 12.711/2012). A Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) também foi crucial para facilitar o acesso da população negra às universidades federais, ao aumentar os recursos disponíveis e, conseqüentemente, o número de vagas tanto para alunos quanto para servidores.

Com o passar do tempo, o número de estudantes negros aumentou significativamente, dando uma nova cara à UFBA. Segundo a V Pesquisa Nacional de Perfil dos Graduandos dos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES) de 2018, realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), a graduação da UFBA passou a ser composta majoritariamente por jovens mulheres negras. Esta nova realidade positiva é resultado de muita luta e ações afirmativas ao longo de décadas. Embora o acesso ao ensino superior tenha sido facilitado, a permanência e a qualidade dessa permanência ainda são questões a serem debatidas. Três em cada quatro estudantes da comunidade da UFBA são negros e de baixa renda, mas apenas uma pequena parte desse contingente teve ou tem acesso à assistência estudantil.

Uma parcela dessa pesquisa, que abrange 5.774 estudantes de graduação da UFBA, de um total de 38,6 mil, demonstrou que, 15 anos após a implementação das cotas, 3 em cada 4 estudantes se classificam como negros e indígenas. Isso reflete o perfil racial dos graduandos, que corresponde ao perfil racial do estado da Bahia: 75,6% dos estudantes da UFBA são negros, em comparação com 76,7% da população negra em todo o estado, conforme dados divulgados pela PNAD e IBGE em 2018. Esses números consolidam a UFBA como a quarta maior universidade federal do país.

A comunidade da UFBA possui a maior população negra entre as universidades federais, com 51,2% de seus estudantes se autodeclarando negros. Comparando com as 64 universidades e IFES que responderam à pesquisa, a UFBA teve a maior quantidade de estudantes autodeclarados pretos, com 32,2%, em contraste com 15,5% na região Nordeste e 12% nas outras regiões do país. O estudo também indicou que 62,3% dos estudantes da graduação são mulheres, superando a média nacional de 54,6%.

A quantidade de estudantes que ingressaram pelas cotas na UFBA superou a média nacional, com 45,1% contra 41,9%. No entanto, o número de estudantes provenientes de escolas públicas é menor em comparação com outras universidades federais, sendo 57,7% contra 64,7%. Esse ingresso menor de estudantes de escolas públicas pode ser atribuído à

evasão escolar, frequentemente causada pela falta de recursos para continuar os estudos, tornando o sonho do ensino superior distante e quase impossível de se concretizar.

Além disso, a universidade apresenta pouca atratividade para estudantes de escolas públicas, uma vez que a perspectiva de passar vários anos na graduação sem a garantia de emprego na área estudada ao se formar é desestimulante. Outro fator é a crescente desvalorização do ensino superior na sociedade brasileira, resultando em remunerações inadequadas para profissionais graduados.

No Brasil, a raça e a renda estão fortemente interligadas. Segundo a pesquisa, 69,1% dos alunos da UFBA têm renda familiar per capita de até 1,5 salário-mínimo, um valor próximo ao dos IFES, que é de 70,2%. Os dados indicam que a UFBA é composta majoritariamente por pessoas de baixa renda: 15,7% dos alunos têm renda entre 1,5 e 3 salários-mínimos, e apenas 12,3% pertencem a famílias com renda superior a esse valor. Portanto, os dados mostram que uma grande parte dos estudantes da UFBA são negros e de baixa renda, mas apenas 27% deles, o que equivale a 1 em cada 4 estudantes, tiveram ou têm acesso à política de assistência estudantil. Isso revela que muitos estudantes necessitados acabam ficando de fora desse suporte, levantando questões sobre como garantir a permanência dessas pessoas na universidade e se conseguem estudar com qualidade.

Para que a universidade pública se mantenha sustentável, é crucial que ela forneça condições financeiras adequadas para que seus estudantes possam permanecer e ter uma experiência acadêmica de qualidade. A dedicação quase total exigida pela universidade dificulta a conciliação com atividades remuneradas. Além disso, a maioria dos estudantes da UFBA revelam que enfrentam dificuldades na vida acadêmica: 9 em cada 10 alunos compartilham essa realidade, uma proporção próxima à média nacional de 86%. As dificuldades mais mencionadas incluem a falta de hábito de estudo (32,5%), problemas financeiros (29,5%), problemas emocionais (28,4%), carga exorbitante de trabalhos acadêmicos (26%), tempo de deslocamento até a universidade (25%) e problemas familiares (18,4%).

Segundo o pró-reitor de graduação da época em que a pesquisa foi feita, a principal causa de evasão estudantil é de natureza socioeconômica. Ele destacou a necessidade de mais investimentos em assistência estudantil para evitar vagas não preenchidas, argumentando que este investimento aumentaria a eficiência da universidade, em vez de representar um custo

adicional. A partir desta perspectiva, em que a maioria dos estudantes que tentam ingressar no ensino superior, existe uma parcela que tende a se matricular em universidades particulares pelas razões que possibilitam conciliar a sua participação no mercado de trabalho com a graduação.

Com cada vez surgindo mais universidades particulares com preços das mensalidades acessíveis e com a modalidade de ensino à distância, não precisando mais ter um custo extra com a mobilidade, isso torna o acesso mais facilitado ao ensino superior, incitando aqueles que não conseguiram acessar as universidades públicas por alguma questão, seja a ampla concorrência ou com os horários das aulas nada atrativos das universidades públicas, a se a se matricularem nas redes privadas. Mas ainda é atrativo poder estudar em universidade pública, o que pode levar a muitos a optarem por fazer o curso que não era a primeira opção, por ser uma opção mais acessível para aquele momento, mas que com o passar dos semestres, o estudante pode se adaptar ao curso escolhido como a segunda opção.

4.2 Enfrentamentos para a permanência estudantil e a jornada das mulheres

Se a entrada de estudantes oriundos de escolas públicas nas universidades federais e estaduais é uma conquista, a permanência destes é um outro desafio a ser superado. Conseguir se manter financeiramente enquanto se está na graduação, para o estudante, se caracteriza como algo muito difícil de fazer. Muitas famílias desses estudantes não possuem condição financeira adequada para que possam auxiliar na permanência na universidade. Com isto, é preciso traçar outros planos para que seja possível concluir os estudos, como conciliar os estudos com alguma atividade remunerada, seja na modalidade formal ou a informal, mas essa conciliação não permite ou, muitas vezes, no mínimo dificulta em vivenciar as experiências que a universidade tem a oferecer. Esse contexto se torna mais complicado quando se trata de um curso em que os horários de aulas são integrais, onde as disciplinas são oferecidas em turnos diferentes, fazendo que seja uma tarefa difícil, a de estudar e trabalhar.

Por esse motivo, se faz necessário criar providências para que pessoas que se enquadram nesse perfil, tenham a sua permanência atravessadas por oportunidades e boas experiências que a universidade pode oferecer e não uma permanência atravessada por dificuldades que levem à vontade de desistir da graduação. Para isso, as instituições de ensino

devem garantir para todas essas pessoas que estão expostas nesse contexto, formas delas continuarem até o fim da graduação. As instituições também devem discutir com os próprios estudantes sobre a permanência estudantil a fim de trazer melhorias para essa política social, evitando a desinformação sobre como acessar os auxílios e evitar uma quantidade insuficiente de bolsas para a demanda que a instituição de ensino possui.

É importante destacar que além do apoio financeiro para os estudantes de baixa renda, é necessário também o apoio psicológico. A política de apoio psicológico é tão crucial quanto o apoio financeiro nas universidades. O ambiente acadêmico pode ser desafiador para muitos, levando a problemas de saúde mental, como ansiedade e depressão. Quando a universidade oferece e divulga amplamente esse suporte psicológico, ela não apenas colabora na prevenção do adoecimento mental, mas também assegura que os alunos possam manter um desempenho acadêmico eficaz.

No senso comum, só porque alguém está estudando em uma universidade pública, não se tem gastos com os estudos pelo fato de não precisar pagar mensalidade. Contudo, há custos sim, com transporte, que a cada ano aumenta, com a alimentação, que é necessário levar de casa ou comprar na universidade, principalmente para aqueles que o curso é em tempo integral. Custos com moradia para aqueles que não são da cidade em que o campus está localizado, com ferramentas para estudar, como notebook e internet. Tudo isso são custos e são custos elevados.

Abordando sobre outras questões, que não sejam materiais, é importante mencionar também sobre o sentimento de não pertencer à universidade. Isso pode se dar por vários motivos, como a condição socioeconômica, que pode significar que o estudante veio de escola pública e o que não é novidade para ninguém, escolas públicas não possuem investimento ideal, portanto o ensino não é de qualidade e esse estudante, ao chegar na universidade pública, se depara com um choque de realidade. É um ritmo totalmente diferente. As leituras densas, os prazos para entregas de atividades são curtos, os assuntos abordados são complexos, enfim, coisas das quais grande parte das escolas públicas não preparam os seus estudantes. Além disso, tem a questão racial, que contribui também a esse sentimento de não pertencimento.

O PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil) foi criado pelo Ministério da Educação através do Decreto nº 7.234 de 2010. A sua concretização como um direito

social se tornou possível com reivindicações históricas de toda a comunidade acadêmica espalhadas pelo país. O programa nacional de assistência estudantil tem como objetivos:

Art. 2º São objetivos do PNAES: I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010).

Através da política pública, os auxílios estudantis, considerados direitos, foram fornecidos para ajudar os estudantes com custos enquanto frequentam a faculdade. Esses auxílios podem incluir transporte, moradia, alimentação, entre outros. No entanto, a burocracia presente em muitas instituições torna o processo de solicitação complicado. Exige-se uma quantidade excessiva de documentos, o que muitas vezes dificulta a entrega da documentação dentro do prazo estabelecido pelo edital. E em alguns casos, o recebimento dos auxílios estudantes não é uma medida mais efetiva. Na pesquisa realizada pela UERJ, os estudantes relatam sobre a precariedade das moradias e a má alimentação fornecida por algumas instituições, como também o atraso no pagamento de algumas bolsas.

Esse cenário econômico tem seus altos e baixos, passando por gestões diferentes e tendo cortes dali e daqui. A verba para educação, principalmente para superior, sofre instabilidades frequentemente. Com esses cortes está cada vez mais difícil a permanência, principalmente para aqueles que dependem 100% dos auxílios estudantis. E as instituições de ensino estão funcionando em seus limites para tentar dar as condições necessárias para a permanência de seus estudantes.

Para as estudantes sem emprego formal, há a oportunidade de concorrer a auxílios estudantis, o que pode aliviar um pouco as dificuldades na permanência acadêmica, mas ainda assim não é o suficiente. Levando muitas a buscar empregos formais ou informais. Mas conseguir um emprego formal na Bahia está cada vez mais difícil, especialmente para a população negra. Apesar do aumento do acesso às instituições de ensino superior e da crescente qualificação desse grupo, eles ainda enfrentam grandes desafios para se inserir no mercado de trabalho formal. Segundo o SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia), as mulheres negras são as que mais são afetadas pelo desemprego e 82% das empregadas domésticas que não têm carteira assinada são mulheres negras.

No ano de 2022, a Bahia possuía 81,3% de pessoas com capacidade para trabalhar, mas paralelamente havia 85,3% de pessoas sem realizar atividade remunerada, 84,9% de pessoas que desistiram de procurar um emprego e 84,3% de pessoas que possuem emprego, mas que estão submetidos a condições precárias. Esses dados revelam que a população negra é a maior força de trabalho, mas é o grupo que enfrenta maiores dificuldades em conseguir empregos formais e de qualidade, sendo isso o reflexo da desigualdade racial no mercado de trabalho.

Pessoas sem emprego formal de 14 anos ou mais de idade na Bahia em 2022 foi de 14,3%, enquanto entre a população negra era de 15,0% e de pessoas brancas era de 11,5% e ao especificar gênero, 19,1% estava associado às mulheres negras, uma porcentagem muito alta em comparação com as outras, no qual as mulheres brancas representavam 15,3%, os homens negros com 11,9% e homens brancos com 8,6%. E se tratando da remuneração com base no valor do rendimento médio salarial do ano de 2022:

[...] o rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês pelas pessoas ocupadas, que foi de R\$ 1.685 para o conjunto da população, mostrou-se maior para os brancos (R\$ 2.225) do que para os negros (R\$ 1.567 em média) – ou seja, o rendimento das pessoas brancas se mostrou 41,9% acima do rendimento médio da população de pretos e pardos. (SEI, 2022).

Contudo, ao adicionar a categoria gênero nesta questão, observou-se que os homens brancos receberam em média o valor de R\$ 2.21, os homens negros receberam R\$ 1.626, uma diferença de 36,4% a mais para os homens brancos. As mulheres brancas ganharam em média R\$ 2.235, as mulheres negras tiveram apenas a média de R\$ 1.480 na remuneração, uma diferença de 51,0% a mais para as mulheres brancas.

Retornando ao ano de 2016, no campus da UFBA em Salvador, o número de estudantes do sexo feminino matriculadas foi de 3.774, enquanto o número de estudantes do sexo masculino foi de 3.579. No campus de Vitória da Conquista, havia 182 estudantes do sexo feminino e 100 do sexo masculino (Damasceno e Almeida, 2018). Esses dados evidenciam que as mulheres são maioria nesses espaços, acessando mais as universidades apesar das dificuldades socioeconômicas.

Como mencionado anteriormente, a maioria dos estudantes são mulheres, com uma parcela significativa sendo mulheres negras. É importante destacar que estas enfrentam

desafios relacionados não apenas ao gênero, mas também à raça. Para as estudantes negras, existem particularidades que afetam tanto o acesso quanto a permanência no ensino superior. Por exemplo, muitas delas não possuem referências familiares ou comunitárias que possam fornecer informações prévias sobre a universidade e o processo de graduação. Elas estão suscetíveis a sofrer discriminação e racismo devido à sua estética negra e aos estereótipos associados a seus corpos. Além disso, podem enfrentar violências, como agressões verbais e assédios que todas as mulheres, independentemente da raça, podem sofrer. No entanto, em um país racista, as mulheres negras são as mais expostas a essas violências de gênero. Elas também são frequentemente tratadas de maneira desigual, recebem menos reconhecimento por seu desempenho e são submetidas a cobranças excessivas.

A intolerância religiosa é mais um desafio que pode afetar estudantes negras, e há um comportamento problemático na sociedade que é tratar todos os jovens negros como se tivessem as mesmas experiências, desafios e necessidades. Isso ignora a diversidade e as particularidades individuais dentro desse grupo, desconsiderando fatores como gênero, classe social, contexto familiar e regional, que influenciam cada trajetória de forma única. Essas questões são tentativas de inferiorizar essas mulheres, utilizando sexismo e racismo para perpetuar práticas absurdas e injustas.

Com todo o aporte teórico descrito até então, desejo falar sobre as vivências das mulheres na universidade, que muitas vezes enfrentam várias jornadas. Eu também precisei me inserir nesse contexto para suprir minhas necessidades materiais. Minha mãe é a única responsável pelas despesas da casa e dependemos de um salário mínimo para cobrir muitos gastos. Por isso, tive que buscar uma atividade remunerada. Na época, a única opção viável era um emprego de meio período, pois o curso de Serviço Social na UFBA ocorre no turno vespertino, o que limitou minhas possibilidades de escolha sobre qual atividade remunerada desempenhar.

Consegui um emprego de meio período para ajudar nas despesas de casa e cobrir uma parte dos meus próprios gastos. Saía de casa cedo pela manhã e só voltava à noite. Normalmente, pegava quatro ônibus por dia: um para ir ao trabalho, e após sair dele, subia uma escadaria de cerca de cem degraus para chegar a outra rua e pegar um ônibus até a faculdade. Ao sair da faculdade, pegava mais dois ônibus para voltar para casa, e raramente conseguia um lugar no ônibus para sentar. Para economizar parte do meu salário que era destinado ao transporte para ir à faculdade, algumas vezes comecei a ir a pé para o trabalho,

percorrendo cerca de 2 km. Chegava exausta às aulas e só conseguia me dedicar melhor aos trabalhos acadêmicos nos fins de semana, ainda precisando cuidar das tarefas domésticas.

A sensação de estar deslocada ao entrar na universidade é uma experiência comum e importante de ser relatada, especialmente porque a universidade é um ambiente novo e complexo, que pode gerar incertezas e um forte sentimento de não pertencimento nos primeiros semestres. Acredito que essa sensação é ainda mais intensa para aqueles que vieram de escolas públicas, nas quais muitas vezes não tiveram acesso a uma educação de qualidade. A realidade é que a educação básica e secundária ainda enfrenta desafios significativos em termos de qualidade, o que pode deixar os estudantes menos preparados para enfrentar as exigências do ensino superior, intensificando a sensação de inadequação e deslocamento neste espaço.

Inclusive, foi observado que algumas atividades e oportunidades disponíveis na universidade não são amplamente divulgadas. Relatos indicam que muitos estudantes descobrem estas atividades por meio de conversas informais, e poucas vezes as informações são claras e formalmente explicadas para os ingressantes. Eles muitas vezes não são devidamente informados sobre as possibilidades que têm na universidade, os programas existentes e como é a vida acadêmica.

Seria importante haver mais atenção para manter os calouros informados sobre o que a universidade oferece e como ela funciona para não haver essa sensação de desorientação. Isso poderia incluir orientações mais detalhadas, sessões informativas e uma comunicação mais eficaz para garantir que todos os estudantes possam aproveitar ao máximo as oportunidades disponíveis. Portanto, este é um tema que precisa ser debatido, pois envolve várias nuances e destaca a presença feminina, que está se tornando gradativamente mais significativa nos espaços públicos e na esfera pública. Portanto, é fundamental discutir esse tema.

Quando é preciso conciliar responsabilidades acadêmicas com outras obrigações, o desempenho acadêmico pode ser comprometido devido à dificuldade de se dedicar plenamente aos estudos. Além disso, de acordo com (Hooks, 1995), que exemplifica sobre a dificuldade das mulheres negras em ter um momento adequado para se dedicar aos estudos devido às questões comuns nos lares que compõem famílias negras, como a possibilidade de ter muitas pessoas na residência, atrapalhando o silêncio necessário para se concentrar e

também a dificuldade de se isolar para a realização da tal atividade, já que para se dedicar a escrever, o isolamento é imprescindível. Mas a autora ainda destaca que se faz “comum” a mulher negra estar à disposição da família, o que torna difícil para elas fazerem o isolamento para estudar e isso é mais evidente com as mulheres negras que maternam:

As negras que foram socializadas para desvalorizar ou se sentir culpadas em relação ao tempo passado longe dos outros às vezes não conseguem reivindicar ou criar espaço para a escrita solidária isso se aplica especialmente as negras que são mães. As mães solteiras muitas vezes têm de lutar com obstáculos materiais que não lhes permitem concentrar-se intensamente para pensar e escrever mesmo que o desejem. (Hooks, 1995, p.471).

Há outras circunstâncias que dificultam a vida das estudantes, como o cansaço mental e físico que também é agravado pelo tempo prolongado esperando o transporte público e pelo tempo gasto para chegar às aulas. Além disso, o estresse aumenta com a exposição à violência durante o uso do transporte coletivo, a preocupação constante se o saldo do cartão de meia passagem estudantil será suficiente até o final do mês, e o medo ao caminhar por ruas desertas entre o ponto de ônibus e o prédio das aulas. Esse cenário é ainda mais desafiador quando o horário do transporte universitário é irregular e, quando aparece, está lotado, dificultando o acesso. A necessidade de apressar as refeições para não perder o horário das aulas, o cansaço e o sono durante as aulas, a dificuldade em arcar com os custos das impressões dos textos, forçando a adaptação à leitura de materiais digitalizados, e a insegurança pela falta de segurança e pela má estrutura do campus são outros desafios enfrentados para a comunidade acadêmica, principalmente para uma boa parcela dos discentes.

Se tratando das mulheres, elas ainda são as que mais carregam as responsabilidades para cuidar da casa e dos filhos. E a cada tempo que passa, as exigências sobre elas aumentam, principalmente no âmbito profissional e no nível de escolaridade (Soares, 2014). As estudantes que são mães, por exemplo, enfrentam uma jornada adicional, que impacta diretamente em suas vivências universitárias. Geralmente, a tarefa de cuidar dos filhos e da família recai sobre as mulheres, o que gera sobrecargas significativas. Elas precisam lidar com diversas obrigações, o que muitas vezes resulta em falta de tempo para atividades essenciais, como lazer e o autocuidado, fundamentais para evitar problemas de saúde física e

mental. No entanto, devido ao ritmo de vida acelerado, os impactos negativos, como exaustão e ansiedade, acabam se manifestando, prejudicando ainda mais o bem-estar dessas mulheres.

Já observei algumas colegas de turma trazendo seus filhos para as aulas, seja porque queriam estar com eles, seja porque não tinham outra opção de cuidado. Conciliar as responsabilidades de ser estudante, trabalhadora (sendo autônoma ou não) e, para algumas, sendo mães, é uma tarefa desafiadora. Isso exige a criação de estratégias para equilibrar todas essas demandas que tornam a rotina ainda mais complexa e exige um esforço constante para não comprometer nenhuma dessas responsabilidades.

Para continuar na universidade, Santos (2009) observa que os estudantes desenvolvem estratégias para evitar a desistência da graduação. Entre essas estratégias, está o uso de textos eletrônicos devido à falta de recursos financeiros para impressões, o uso da biblioteca, a dependência de computadores emprestados, levar comida de casa e utilizar o transporte coletivo. Fazer terapia ou até se privar da quantidade necessária de sono são outras formas de suportar as adversidades da graduação.

Outra estratégia é o empreendedorismo dentro da universidade. Segundo (Soares, 2014) as mulheres são as que mais recorrem a essas atividades autônomas, vendendo produtos como alimentos. Eu presenciei várias colegas vendendo lanches, artesanatos e oferecendo serviços como formatação de trabalhos acadêmicos e penteados com tranças; atividades remuneradas como estágios não obrigatórios e trabalhos formais ou receber ajuda financeira dos pais também são estratégias encontradas pelas estudantes, como tentativas de superar as dificuldades financeiras durante a graduação.

Vale destacar a importância do apoio familiar, tanto o emocional quanto o financeiro como forma de driblar as dificuldades que podem surgir durante a permanência na universidade. É a família e os amigos que oferecem palavras de incentivo, apoio emocional, e muitas vezes suporte financeiro, ajudando a seguir em frente, especialmente nos momentos em que a vontade de desistir aparece. Muitas mães estudantes conseguem concluir seus estudos graças a uma rede de apoio que as sustenta durante a graduação. No entanto, há também aquelas que acabam precisando trancar a matrícula ou até desistir do curso por falta de suporte, tanto financeiro quanto no cuidado dos filhos, enquanto estão na universidade, como também a dificuldade de comparecer às aulas porque precisam estar cuidando deles, tendo que conversar com os docentes sobre a possibilidade de compensar as ausências

fazendo outros trabalhos acadêmicos. A presença de uma rede de apoio é, portanto, determinante para o sucesso estudantil dessas mulheres que maternam.

É importante que exista uma rede de apoio tripla, composta pela família, pela instituição/poder público e por aqueles que estão próximos dessa mulher (Soares, 2014). Cada um desses elementos desempenha um papel crucial no suporte emocional, financeiro e logístico, ajudando-a a enfrentar os desafios de conciliar as responsabilidades acadêmicas, profissionais e familiares. Uma rede de apoio forte e integrada pode fazer toda a diferença na jornada acadêmica e pessoal dessas mulheres, permitindo que elas persistam e alcancem seus objetivos. As estudantes que são mães e também trabalham enfrentam desafios ainda maiores para permanecer na universidade.

A sobrecarga de papéis é significativa, exigindo que elas cuidem dos filhos, da casa, trabalhem e estudem simultaneamente. Com tantas responsabilidades, é difícil encontrar tempo para se dedicar adequadamente a cada uma dessas atividades. Essa rotina tripla acaba por sobrecarregá-las, e muitas vezes, elas precisam se afastar um pouco da convivência com os filhos para conseguir trabalhar e estudar. É provável que muitas dessas mulheres precisem fazer ajustes em seus horários de trabalho, como solicitar saídas antecipadas em dias de prova, por exemplo, e depois compensar essas horas em outros dias. Essa necessidade de flexibilização evidencia o quão desafiador é conciliar todas essas demandas, exigindo um esforço contínuo para equilibrar as diferentes áreas da vida.

Além das dificuldades já mencionadas, o tempo de deslocamento entre o trabalho e o campus é outro fator que pode impactar o aproveitamento das aulas. A escala de trabalho também é crucial; para aquelas que trabalham de domingo a domingo, o tempo disponível para se dedicar à universidade é ainda mais limitado. Um único dia de folga não é suficiente para realizar todas as atividades domésticas, estudar, descansar e, no caso das mães, cuidar dos filhos.

Essa falta de tempo afeta a capacidade de acompanhar atividades acadêmicas que são importantes para cumprir as cargas horárias complementares e optativas exigidas pela universidade para a conclusão da graduação. Participar dessas atividades geralmente requer disponibilidade no turno oposto ao do curso, mas muitas pessoas têm outras obrigações nesse período.

São várias as questões que levam os estudantes universitários a prolongarem sua permanência na faculdade, muitas vezes não por escolha, mas por circunstâncias da vida. No meu caso, precisei atrasar a matrícula em algumas disciplinas devido ao trabalho e ao estágio obrigatório, o que resultou em uma permanência mais longa na universidade. Além disso, houve outros fatores externos, que estavam fora do meu controle, que também contribuíram para essa situação.

Como o contexto da pandemia, que interferiu na vida de todo mundo e se tratando das universidades, as aulas foram suspensas por muitos meses, o que atrasou o ano letivo e além do risco iminente do vírus, havia preocupações de quando conseguiria terminar o curso, preocupação com a saúde da família, que não deixaram de trabalhar presencialmente, como também, o medo de que algum familiar perdesse o emprego e as condições financeiras em casa ficassem bem ruins por conta da crise econômica agravada pelo contexto pandêmico.

Assim como outros estudantes que tiveram a mínima condição de acompanhar as aulas remotas, fiz esforço para terminar o semestre suplementar (que foi um semestre atípico) porque sabia que se não o fizesse, o tempo de permanência na universidade seria maior. Foram muitas dificuldades para conseguir acompanhar o semestre suplementar, como: internet lenta e que havia quedas de conexão durante as aulas, o notebook ficava travando e desligando inesperadamente pelo uso excessivo, por usá-lo tanto para as aulas quanto para realizar os trabalhos acadêmicos, as quedas de energia e vizinhança barulhenta. Foi um verdadeiro teste de resistência. No período do estágio obrigatório, também não tinha condições para cursar mais disciplinas, mesmo sendo obrigatórias, que resultou em mais tempo de permanência. O cansaço me abateu de tal forma que não tive condições de me comprometer com mais disciplinas.

Reflico que muitas coisas sobre a universidade aprendi já vivenciando ela. Não tive alguém para tirar dúvidas sobre coisas da faculdade como algumas pessoas têm, porque fui a primeira da família a fazer ensino superior e isso ocasiona uma sensação de não pertencimento e frustração com esse mundo totalmente novo. Ainda houve momentos que pensei em trancar o curso para poder trabalhar, mas ao mesmo tempo, não queria deixar o curso trancado. Pensei que se eu cheguei até certo momento do curso, tinha que terminar, então a minha estratégia foi conseguir um emprego de meio turno na época, assim podia conciliar os estudos e o trabalho. O acesso não foi fácil, a permanência não está sendo fácil, mas é importante estar neste espaço, e também para que eu possa incentivar outras pessoas a

estarem neste espaço também. Desta forma, pensar em como permanecer na universidade é tão importante quanto pensar em como acessá-la.

A ideia de ingresso nas universidades públicas precisa estar correlacionada com a ideia de permanência, (Souza, 2014). Não se deve pensar apenas na quantidade de matrículas preenchidas, mas também na quantidade de pessoas se formando, o número precisa ser equivalente porque isso traduz sobre a qualidade da permanência nas instituições de ensino. Desta forma, a política de assistência estudantil precisa ser formulada conforme as demandas dos estudantes, para que se compreenda com totalidade as necessidades destes, visando um processo de qualidade dentro das instituições. As evasões devem ser acompanhadas de perto para entender os motivos que levam as estudantes a trancarem ou desistirem do curso de nível superior. Será que é somente pelo motivo de não ter se adaptado ao curso ou há outros motivos para além deste? A evasão deve ser enxergada como um problema, um problema social:

“A evasão deve ser vista como uma questão ou problema social, tanto na perspectiva de investimentos públicos quanto na expectativa de melhorias e mudanças da condição social do(a) ingressante que somam à população do país”. (Souza, 2014, p.83).

Compreender os motivos das evasões é extremamente importante para haver o direcionamento efetivo de recursos financeiros para as instituições de educação e para melhorar as condições sociais destas pessoas. Além da criação das políticas de assistência estudantil, é fundamental que se acompanhe a sua efetividade.

Com a presença feminina considerável nas universidades, isso torna comumente o assunto sobre igualdade de gênero presente no nosso cotidiano. As mulheres exercendo várias jornadas, isso não impede que elas sejam menos exigidas que os homens; muito pelo contrário, elas são as mais exigidas neste aspecto. Sobretudo para as mulheres negras, as exigências do mercado de trabalho são triplicadas, havendo exigências maiores à elas, que são associadas à raça; e quando há circunstâncias envolvidas como a vulnerabilidade socioeconômica e a maternidade, é provável que estas encontrem mais percalços na sua trajetória acadêmica, como também na hora de se candidatar a uma vaga no mercado de trabalho. Para as mulheres, realizar a maternidade ou não, é uma dúvida relevante ao desejar uma carreira profissional, pois, elas são as que carregam a maior parte da responsabilidade ao

se ter um filho. Por este motivo que muitas preferem dar foco apenas na vida profissional ao invés de dividi-lo com a maternidade ou então reduzir a quantidade de filhos (Scavone, 2001).

Para as mães que estejam na pós-graduação e que recebem bolsas de agências de fomento, a lei nº 13.536 de 15 de dezembro de 2017, assegura a licença maternidade:

“Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e de adoção.” (BRASIL, 2017).

Esta lei garante que elas tenham acesso a licença-maternidade pelo período de 4 meses e que durante este tempo, elas não deixam de receber as bolsas de mestrado ou doutorado. Isso significa um avanço, uma notoriedade e reconhecimento sobre as responsabilidades que caem em peso sobre as mães estudantes. As mulheres geralmente são as mais requisitadas para exercer o papel de cuidadora e de resolver as demandas de questões familiares (Silva, 2020). E isso torna difícil a sua total dedicação nos estudos, reduzindo a sua produção enquanto pesquisadora, na qual precisa de muitas horas de investimento para obter uma produtividade eficaz.

Esta conjuntura fortalece a ideia errônea de que o sexo feminino não tem capacidade para estar na universidade pela sua “atribuição natural de ser uma cuidadora”, portanto, não poderiam se concentrar de forma adequada nas suas atividades acadêmicas, conforme os homens assim o fazem. Mas esta ideia mal concebida não leva em consideração que geralmente os homens não são exigidos da mesma forma que as mulheres pela sociedade, sendo assim, eles conseguem se dedicar plenamente no desenvolvimento de suas carreiras.

4.3 Políticas sociais de auxílio estudantil: Auxílios e desafios para a permanência feminina na universidade no contexto da PROAE

A Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE) foi criada no ano de 2006 com o objetivo de fornecer recursos para a garantia da permanência dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade econômica e realizar enfrentamento às desigualdades e à discriminação de pessoas que pertencem a grupos que estão excluídos dos espaços de poder,

como: as mulheres, a população negra e indígena, a comunidade LGBTQIAP+, pessoas com deficiências, dentre outros. Dito isto, a PROAE possui dois fundamentos que orientam as suas ações:

Desta sorte, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) adotada pelo MEC, a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da UFBA, como passou a ser denominada em 2009, tem fundamentalmente duas importantes missões: a) assegurar a permanência bem sucedida de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por entender que estes(as) têm maior probabilidade de adiar ou mesmo interromper sua trajetória acadêmica devido a condições adversas que interferem concretamente na sua presença no contexto universitário; b) contribuir, através de ações afirmativas concretas, para a construção de uma universidade mais democrática em que as diferenças individuais e socioculturais não resultem em desigualdade de oportunidades. (PROAE, 2024).

A partir desses objetivos, são elaboradas ações que envolvem transporte, atenção à saúde, moradia, alimentação e creche, ofertadas pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE). Para serem aptos a receber os auxílios oferecidos por essa Pró-Reitoria, os estudantes precisam atender a determinados requisitos. Esses critérios são estabelecidos para garantir que os auxílios cheguem aos estudantes de baixa renda da UFBA, ajudando-os financeiramente a permanecer e a concluir seus estudos:

O Cadastro Geral consiste na comprovação de vulnerabilidade socioeconômica por discentes da UFBA junto a Coordenação de Programas de Assistência ao Estudante - CPAE/PROAE/UFBA, sendo requisito para acessar benefícios concedidos por esta Pró-Reitoria e demais órgãos da estrutura da UFBA, destinados exclusivamente a estudantes em vulnerabilidade socioeconômica.

Para obter o Cadastro Geral na PROAE é necessário atender ao perfil de atendimento da PROAE:

I - pertencer a família com renda per capita de até um salário mínimo e meio (1,5) mensal;

II - possuir matrícula ativa na UFBA;

III - não ter concluído outro curso de graduação UFBA ou em qualquer outra instituição, exceto as (os) egressas (os) dos Bacharelados Interdisciplinares (BI) da UFBA que estejam cursando graduação via processo seletivo para ingresso nos Cursos de Progressão Linear (CPL) da UFBA.

A inscrição para o Cadastro Geral é realizada mediante chamada/edital publicado, conforme procedimentos e cronograma disponibilizados pela PROAE.

Para discentes de graduação que almejam pleitear os benefícios regulares implementados pela PROAE como: Programa Moradia (auxílio, moradia e Serviço de Residência Universitária), auxílio transporte, auxílio e serviço alimentação, auxílio e serviço creche, auxílio a estudantes com necessidades educacionais especiais, dentre outros, não será exigido cadastramento prévio, uma vez que a análise socioeconômica no período de seleção dos editais para discentes de graduação já o incluirá no Cadastro Geral, caso o mesmo tenha perfil socioeconômico.

Para ser bolsista do Programa Permanecer ou Sankofa e/ou solicitar auxílios eventuais, o Cadastro Geral é um pré-requisito indispensável, devendo ser concluído em data anterior aos respectivos pleitos.

A análise socioeconômica tem validade de 1 (um) ano. Dessa forma, após este período, estudantes que possuem Cadastro Geral permanecem como cadastrados enquanto atenderem ao perfil de atendimento da PROAE, no entanto, para solicitar benefícios regulares será necessário apresentar a documentação exigida em edital. (PROAE, 2024).

Por se tratar de uma universidade, entende-se que os estudantes possuem uma diversidade de perfis e realidades. Portanto, é fundamental que a política de assistência estudantil leve em conta essa diversidade, e não apenas a falta de recursos financeiros. Precisa-se considerar o fator racial, que pode interferir na saúde mental das estudantes. A assistência deve ser abrangente o suficiente para considerar as diferentes necessidades dos alunos, como aquelas relacionadas à moradia, cuidados com filhos, saúde mental, e outros desafios que possam impactar a vida acadêmica.

Dessa forma, a universidade pode criar um ambiente de apoio que realmente atenda às diversas demandas de sua comunidade estudantil, principalmente para as mulheres, como aborda Silva (2020), que a sociedade muitas vezes tende a ignorar as suas particularidades e as reduzem para questões pessoais sem a devida consideração.

A política de assistência estudantil poderia fornecer um valor maior para aquelas pessoas que estão em situações mais vulneráveis, para que elas tenham uma chance maior de permanecer na universidade. Muitas vezes, a vida de uma estudante pode parecer economicamente estável à primeira vista, mas a realidade pode ser diferente, com condições financeiras que são apenas mínimas para algumas necessidades e insuficientes para outras. Por isso, é fundamental conhecer melhor a dinâmica da vida de quem busca o auxílio da assistência estudantil, cada pessoa tem as suas particularidades, portanto cada demanda é diferente da outra, então é essencial que elas sejam analisadas de formas diferentes;

garantindo que as pessoas que realmente precisam não fiquem de fora dessa política. Um exemplo é o auxílio-creche: será que todas as mães que realmente necessitam desse benefício conseguem acessá-lo? É necessário um olhar mais atento para evitar que estudantes em situações críticas sejam excluídas, e para que a assistência seja direcionada de forma justa e eficaz.

Para as estudantes que são mães solo, o valor do auxílio-creche poderia ser um valor maior, considerando toda essa dinâmica de cuidar de filhos sem algum tipo apoio, no qual o cuidado com os filhos se torna exclusivamente da mãe, assim como a função de prover o sustento. Atualmente, o valor do auxílio creche da PROAE é de R\$360,00 por cada criança, com idade de 4 meses a 3 anos e 10 meses (PROAE, 2024). E para aquelas que só podem fazer um curso à noite e não tem com quem deixar os seus filhos, poderia haver um levantamento sobre a necessidade de se ter vagas na creche no período noturno, a fim de compreender sobre a vivência dessas mulheres que estudam à noite e que possuem filhos em idade-creche mas não usufruem de uma rede de apoio e, a partir desses dados coletados, haveria uma possibilidade de melhorar essa política pública do auxílio creche, que consequentemente, iria colaborar para a permanência e a conclusão dos estudos deste grupo na universidade.

(Silva, 2020) menciona que a questão da ausência da política de permanência estudantil para as mães não pode estar relacionada apenas à creche, que também é essencial que haja o combate contra o assédio moral que as estudantes podem sofrer, incluindo as que são mães, que estas podem também sofrer assédio dentro da instituição de ensino em relação a levarem os seus filhos para as salas de aula, assim como, é pertinente combater o racismo; combater estes fatores podem reduzir o número de evasões na universidade. O racismo presente nas políticas de assistência estudantil causa uma série de efeitos negativos:

[...] sérias problemáticas relacionadas à execução das políticas de permanência e explicitamente atravessadas pelo racismo: burocracias, atendimento inadequado e quantidade financeira insuficiente, configurando-se como fatores estressores que interferem na dinâmica universitária e saúde mental [...] (Bittencourt et al., 2019, p.18).

Além disso, tais direitos como os da política de assistência estudantil são ainda interpretados por algumas pessoas como se fossem favores ou benesse, resultando em

estigmatização com a população negra que acessa tais direitos e na fragilização das política públicas, interferindo negativamente na sua eficácia:

[...] os direitos das populações negras, promulgados com base no princípio da equidade, ainda são encarados como “favores” ou “benefícios” Essa perspectiva desconsidera a história racista do país que, por 388 anos, alijou essas populações da condição de humanidade, e consequentemente, de cidadãs. O imaginário coletivo brasileiro, por sua vez, ao ocultar a existência do racismo, não compreende os efeitos que esse passado tem na vida das populações negras, criando assim a ilusão de que “as oportunidades são iguais para todos/as” e, por isso, políticas específicas são vistas como benefícios, favores, ou ainda, privilégios. (Bittencourt et al., 2019, p.19).

Dessa forma observamos que este tipo de pensamento entre as pessoas é recorrente e a todo o tempo se deve combater este tipo de concepção. As políticas assistenciais precisam ser compreendidas como um direito à população que necessita destas, são direitos e não uma espécie de ajuda ou caridade. Para que estas políticas recebam o investimento apropriado, antes é imprescindível que a sociedade entenda a verdadeira natureza desta para ser planejada e aplicada com efetividade, sem que haja discriminação ou estigmatização por parte de quem atende as pessoas que vão em busca dessas políticas.

Outra questão que pode fortalecer a política de assistência estudantil é que se torne um padrão a quantidade de refeições nos restaurantes universitários (R.U), visando ter pelo menos três refeições ao dia ao invés de apenas duas. Aplicar um levantamento da necessidade de ter pelo menos três refeições nos restaurantes das universidades em que ainda não possuem essa quantidade ideal, pode ser de interesse considerável da comunidade universitária devido a possibilidade de haver pessoas que precisam sair cedo de suas residências seja pelo horário de aula ou por outro motivo e portanto, não conseguem alimentar-se do café da manhã neste local. Essa possibilidade de implementar mais uma refeição no cardápio dos R.U pode contribuir para melhorar a permanência dos estudantes na universidade, colaborando para que estes consigam concluir a graduação.

4.4 A Pandemia da Covid-19: Impactos e enfrentamentos para a permanência feminina em espaço universitário

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recebeu um alerta sobre casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Esses casos foram causados por um tipo de coronavírus que até então não havia sido detectado em humanos. No início de janeiro de 2020, autoridades chinesas confirmaram a presença de um novo tipo de coronavírus. De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), os coronavírus geralmente são a segunda principal causa de resfriado comum e raramente causam doenças graves em humanos.

30 de janeiro de 2020, a OMS declarou o surto causado pelo vírus SARS-CoV-2 como uma emergência de saúde pública de interesse internacional, o mais alto nível de alerta da organização. Perante o contexto ameaçador, a OMS solicitou uma série de medidas para conter a propagação do vírus, de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março do mesmo ano, a COVID-19 foi denominada como uma pandemia. A OMS comunicou recomendações necessárias como: evitar ao máximo sair de casa, trabalhar e estudar remotamente sempre que possível, e adotar o uso regular de máscaras cirúrgicas.

Com o isolamento social em várias partes do mundo, muitos setores econômicos foram significativamente afetados, levando a uma crise econômica global. Muitas empresas e comércios tiveram que fechar, resultando na perda de empregos e agravando a situação das pessoas, especialmente aquelas de baixa renda. No Brasil, o impacto da pandemia foi particularmente severo para a classe trabalhadora. Muitas pessoas ficaram desesperançosas, sem saber como iriam pagar as contas.

As famílias brasileiras enfrentaram diversos desafios: filhos que não podiam ir à escola, enquanto os pais estavam desempregados ou tentando trabalhar de casa e até mesmo fora de casa, se arriscando, mas que precisavam levar dinheiro para casa, famílias com idosos, que viviam com o medo constante de que esses membros mais vulneráveis adoecessem com a COVID-19. Além disso, muitas famílias perderam a pouca renda que possuíam, intensificando a ansiedade e o estresse devido ao confinamento também. A pandemia da Covid-19 causou muitos impactos para as mulheres da classe popular da cidade de Salvador, foi um processo permeado por desemprego e desinvestimento nos programas sociais, onde a demanda aumentou nesse período, porém, a oferta não a supria.

A pandemia teve impactos significativos para muitas pessoas, especialmente para mulheres, incluindo estudantes e mães. Fazendo um recorte para as estudantes do curso de Serviço Social, uma área tradicionalmente feminina, essa profissão, ao se consolidar, era majoritariamente composta por mulheres da elite, com o papel de moldar a classe trabalhadora para atender os requisitos do modo de produção capitalista. O Serviço Social, ao longo do tempo, foi se transformando e incorporando uma maior diversidade de classe e raça, embora ainda mantenha uma forte presença feminina. A Lei de Cotas desempenhou um papel crucial nesse processo, permitindo que mais mulheres negras ocupassem espaços nas instituições de ensino superior. Como resultado, o Serviço Social passou a contar com uma presença significativa de mulheres negras da classe trabalhadora, além de abranger uma diversidade religiosa, política, sexual e cultural. (DELGADO; CARMO, 2018, p.1).

O Serviço Social é uma profissão predominantemente feminina, com 92,5% de mulheres. Em relação à diversidade racial, 50,34% dos profissionais são negros. Quanto à formação acadêmica, 52,97% dos assistentes sociais se formaram em instituições privadas, enquanto 27,55% obtiveram sua formação em instituições públicas (CFESS, 2022). Isso descreve igualmente o novo perfil de quem ainda está na graduação. Com essa nova realidade, muitas estudantes do curso de Serviço Social enfrentam desafios específicos, especialmente por fazerem parte da classe popular. Muitas têm dificuldades em se manter na universidade, o que as leva a buscar alternativas de sustento durante a graduação, como o auxílio da política de assistência estudantil.

Muitas famílias de estudantes sobrevivem com apenas um salário-mínimo e, nesse contexto, mal conseguem suprir as necessidades básicas, como alimentação e saúde. Nesse cenário, os auxílios estudantis e as bolsas de pesquisa tornam-se essenciais para aliviar as dificuldades financeiras. Ademais, pelo valor recebido não ser o suficiente, faz as discentes buscarem outras formas de adquirir uma renda, como estágios não obrigatórios ou empregos de meio período também contribuem para melhorar um pouco a situação econômica dessas estudantes.

Durante a pandemia da Covid-19, as universidades precisaram adotar aulas remotas para garantir a continuidade do ensino. No entanto, essa mudança não foi positiva para todos. Muitos estudantes enfrentaram dificuldades devido à falta de equipamentos eletrônicos adequados ou de uma conexão de internet estável. Era comum a internet desconectar no meio da aula, o notebook superaquecer e travar, ou a câmera e o microfone não funcionarem

corretamente. Além disso, o ambiente de estudo em casa nem sempre era ideal, não tinha um local adequado para estudar, havia interrupções frequentes de familiares ou barulho de vizinhos. Sem uma escrivaninha adequada e uma cadeira confortável, as costas doíam e os olhos ficavam ressecados devido ao tempo prolongado em frente às telas. Esses desafios afetaram o desempenho acadêmico de muitos, inclusive o meu, tornando o período de aulas remotas um verdadeiro teste de resistência.

No período crítico da pandemia, muitos perderam entes queridos e amigos, o que afetou significativamente a capacidade de concentração nos estudos durante as aulas remotas. Além disso, aqueles com filhos pequenos precisaram interromper suas atividades para cuidar das crianças, enquanto outros se dedicavam a idosos debilitados, enfrentando o constante medo da contaminação pelo vírus. Essas adversidades foram vivenciadas de forma ainda mais intensa pela população em situação de vulnerabilidade socioeconômica, agravadas pela crise do sistema capitalista, que aprofundou as desigualdades, tornando os pobres ainda mais pobres e os ricos ainda mais ricos.

Diversas instituições de ensino, como as de nível superior, frente a pandemia, adotaram como estratégia o ensino remoto com o intuito de refrear as consequências da contaminação pelo vírus. Com esse novo adepto pelo ensino realizado somente a partir de telas, isso configurou um novo cenário para a educação e apareceram novas demandas, incluindo para a política de permanência estudantil e para o currículo dos cursos.

Como dito anteriormente, esta nova conjuntura, para as pessoas que desempenham vários papéis, alterou suas rotinas e lhes foi exigido novos comportamentos que influenciou negativamente em sua saúde física e mental. Houve pessoas que não possuíam condições financeiras de adquirir aparelhos eletrônicos para dar continuidade nos estudos ou não conseguiam se concentrar devido a presença de pessoas em casa a todo o tempo. Para as mulheres, elas foram as que mais tiveram dificuldades para continuar os estudos:

[...] as estudantes mulheres apresentaram maiores dificuldades de dar continuidade aos estudos por razão de gravidez ou terem que cuidar dos filhos. Por fim, problemas com a saúde mental também aparecem no segundo lugar, dentre outras razões em escalas menores. (Jesus; Martins; Vieira. 2022, p.293)

Desta maneira, percebe-se que as mulheres foram as mais afetadas pela pandemia enquanto estudantes. Com a interpretação daquele contexto, as universidades elaboraram

estratégias para auxiliar os estudantes neste novo cenário. Tiveram as iniciativas de migrar para o ensino remoto, ofereceram suporte para grupos específicos que não possuíam equipamentos necessários para acompanhar as aulas nesta modalidade, como tablets e acesso à internet. Houve a realização de palestras online sobre saúde mental na tentativa de promover o bem-estar dos estudantes e as instituições ofereceram treinamento e suporte para professores e alunos, e também recursos como suporte técnico e tutoriais.

Uma outra forma que possibilitou uma redução de evasão foi a alteração do calendário letivo, que inicialmente foi interrompido mas posteriormente foi alterado para a modalidade remota. Como também, o semestre de 2020.1 e 2020.2 não foram contabilizados para o tempo máximo de integralização curricular. Além disso, os estudantes poderiam interromper o semestre quando achasse necessário sem ter prejuízos. (Jesus; Martins; Vieira, 2022). Houve toda uma mobilização de toda a comunidade universitária para que se evitasse mais prejuízos no processo pedagógico dos estudantes. As horas de aulas remotas eram reduzidas para que se evitassem os efeitos negativos do excesso de uso de telas para os estudantes e professores, assim como, uma tentativa de não impactar no rendimento acadêmico.

Essas estratégias e políticas de assistência estudantil colaboraram de maneira significativa na continuidade do semestre letivo durante a pandemia do Covid-19. Assim pode-se dizer que são fundamentais para a permanência estudantil, especialmente para as mulheres que estavam em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Garantir o acesso e permanência de qualidade na graduação é um dever de toda a instituição de ensino e deve-se planejar tais políticas conjuntamente com o público que acessa e que depende delas para estudar. Desta maneira, a política de assistência estudantil se torna eficaz e justa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, buscou-se analisar a participação das mulheres no ensino superior, considerando os desafios enfrentados na conciliação entre estudo, trabalho e responsabilidades familiares. Foram investigadas as principais dificuldades que impactam sua trajetória acadêmica e profissional, bem como os efeitos da sobrecarga de funções em seu desempenho e permanência na universidade. Além disso, examinou-se o papel das políticas públicas e institucionais no apoio a essas estudantes, destacando iniciativas que contribuem para o seu acesso e permanência. Por fim, foram identificadas estratégias e possibilidades de

enfrentamento adotadas por essas mulheres para superar os obstáculos encontrados em sua jornada acadêmica.

A trajetória de muitas mulheres no ensino superior é marcada por desafios que vão além do esforço acadêmico. Além de precisarem conciliar os estudos com o trabalho formal ou informal, muitas ainda assumem responsabilidades com a maternidade e as tarefas domésticas. Essas múltiplas demandas resultam em uma sobrecarga significativa, especialmente para as mulheres que enfrentam a interseccionalidade de classe social, raça e gênero. Esse conjunto de fatores torna ainda mais difícil para elas usufruir plenamente das oportunidades que a universidade oferece.

Essa sobrecarga de papéis entre ser estudante, trabalhadora e, muitas vezes, mãe e cuidadora, leva essas mulheres a desenvolverem diversas estratégias de enfrentamento para lidar com as demandas de suas vidas cotidianas. Essas estratégias, no entanto, muitas vezes são insuficientes diante do peso das responsabilidades que assumem. A conciliação entre faculdade, trabalho formal, trabalho informal e doméstico coloca em risco a saúde física e mental dessas mulheres, além de limitar sua capacidade de aproveitar integralmente as oportunidades acadêmicas, como projetos de pesquisa, estágios e atividades extracurriculares, essenciais para sua formação completa.

Portanto, além de assegurar o acesso de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica ao ensino superior, é crucial garantir que elas possam permanecer nesse ambiente de forma digna e com as condições necessárias para que possam se dedicar ao aprendizado. Apenas assim, será possível reduzir as desigualdades estruturais e proporcionais às mulheres a chance de alcançar todo o seu potencial acadêmico e profissional.

Embora as mulheres representem hoje a maioria nos espaços universitários, o acesso ao ensino superior não é suficiente para garantir uma experiência acadêmica de qualidade. Para muitos, a permanência na universidade é comprometida devido à falta de tempo e recursos, agravada pelas pressões familiares, profissionais e sociais que recaem desproporcionalmente sobre elas. Em especial, as mulheres de baixa renda, negras e periféricas enfrentam maiores barreiras, uma vez que, além de vivenciarem o machismo e o racismo, precisam lidar com a precariedade das condições socioeconômicas.

As políticas de assistência estudantil são fundamentais para mitigar esses obstáculos. No entanto, é evidente que essas políticas precisam ser atualizadas e tornadas mais eficientes,

garantindo que cheguem às estudantes que precisam delas, de maneira rápida e eficaz. A permanência na universidade exige não só suporte financeiro, mas também infraestrutura de apoio, como creches que possam atender as demandas, caso tenha, para o turno noturno, oferta de valor maior do auxílio creche que acompanhe a inflação econômica do país para as mães solas. A oferta de café da manhã nos restaurantes universitários que ainda não disponibilizam desta refeição pode ser uma ideia a ser considerada, pois há estudantes que saem muito cedo de suas casas para ir à faculdade e deixam de realizar esta refeição onde residem.

Com este trabalho lemos sobre como se deu o acesso das mulheres na educação em todo o mundo, e por conseguinte, dando ênfase nas mulheres brasileiras, principalmente com as mulheres negras. Observamos que foi um longo percurso cheio de dificuldades, sexismo e racismo que este grupo em específico enfrentou para poder ter acesso a educação, e conseguir avançar com os níveis educacionais.

Para as mulheres, séculos atrás, lhes eram ofertados apenas uma educação que lhe ensinaria a ser uma boa esposa e dona de casa, sem nenhum outro tipo de ensinamento que fizessem com que elas compreendessem como o mundo funciona, não possuíam participação na vida pública. Isso era negado para elas, somente os homens tinham permissão para tal. Com a globalização e aparecendo novas demandas da sociedade, as mulheres começaram a não só se estabelecer na esfera privada, passaram a ter uma participação na esfera pública também, mas ainda com certas limitações, principalmente para as mulheres negras. Na sociedade, o fator étnico-racial e as condições socioeconômicas influenciam o quanto de dificuldades as estudantes podem encontrar dentro do espaço universitário e essas dificuldades geram impactos que de certa forma, prejudicam os estudos e a vivência acadêmica, podendo levar a desistência do curso.

Portanto, em se tratando de equidade, as estudantes que exercem vários papéis e que tem vulnerabilidade socioeconômica precisam mais ainda de uma rede de apoio e que também é importante que esse apoio venha da universidade, pois, é neste espaço que a estudante vai passar seus vários dias e fora dela, ainda vai estar envolvida com as atividades acadêmicas, sendo assim, a universidade faz parte do cotidiano de suas estudantes. Vale destacar que investir em política de assistência estudantil é investir em educação, e que esta não deve ser pensada somente em garantir o ingresso, mas sim, em garantir uma permanência de qualidade. Dessa forma, destaco que o Serviço Social pode contribuir para a defesa dos

direitos dos estudantes no ensino superior, promovendo políticas estudantis cada vez mais inclusivas e democráticas, com especial atenção às mulheres negras.

Este tema abre espaço para novas inquietações, como a eficácia das políticas públicas de permanência e inclusão para mulheres no ensino superior, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como dito anteriormente. Além disso, suscita reflexões sobre a persistência da divisão sexual do trabalho e como ela afeta a trajetória acadêmica e profissional das mulheres. Outra questão relevante é o impacto da sobrecarga de funções na saúde mental e no desempenho acadêmico dessas estudantes, assim como a necessidade de discutir formas mais equitativas de distribuição das responsabilidades familiares e domésticas. Por fim, a pesquisa também pode estimular investigações sobre a interseccionalidade das desigualdades, analisando como fatores como raça, classe e maternidade influenciam ainda mais essa realidade.

6. REFERÊNCIAS:

ARANTES, Guilherme; BASTOS, Jon Lucien. **Brincar de viver**. Intérprete: Maria Bethânia. No álbum: *Talismã*. Universal Music, 1980. Disponível em: <<https://open.spotify.com/intl-pt/track/7EkC5bCN2vCeprL8KVPMHc?si=7c4250618a2740a9>>. Acesso em: 26 set. 2024.

ÁVILA, Rebeca Contrera; PORTES, Écio Antônio. **A Tríplice Jornada de Mulheres Pobres na Universidade Pública: Trabalho Doméstico, Trabalho Remunerado e Estudos**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n. 3, p.809-832, set. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300011>>. Acesso em: 16 nov. 2023.

ALVES, Lorryne Salomé. DOROTÉIO, Patrícia Karla S. S. **Relações (des)iguais de gênero: patriarcado e os impactos sobre a educação das mulheres nos séculos XVIII e XIX**. VII CONEDU - Conedu em Casa... Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/79974>>. Acesso em: 16 abr. 2024.

APUB: **Estudantes negras são as que mais sofrem para permanecerem no ensino superior**. Disponível em: <https://www.apub.org.br/estudantes-negras-sao-as-que-mais-sofrem-para-permanecerem-no-ensino-superior/>. Acesso em 27 de jul. 2024.

BAOUR, Josimara A. Delgado; CARMO, Caroline Ramos do. **Uma nova geração de assistentes sociais: possibilidades de análise sobre trabalho e formação profissional em Serviço Social na Bahia**. XX REDOR: Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero. 2018.

BITTENCOURT, Anne; GENONÁDIO, Ananda; ALMEIDA, Bruno; ANICE, Caroline. **A Primeira da Família: Vivências de mulheres negras da Universidade Federal da Bahia**. *Cad. Gendiv*, v. 05, n. 03, p. [23], jul.-set. 2019. ISSN 2525-6904. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>. Acesso em: 28 set. 2024.

BRASIL. **DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em 08 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017. **Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e de adoção**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13536.htm>. Acesso em: 26 set. 2024.

CFESS. E-book: **Perfil de assistentes sociais no brasil**: Formação, condições de trabalho e exercício profissional, 2022. Brasília.

CUNHA, Bárbara Madrugada da. **Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero**. XVI Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR, 2014.

DAMASCENO, Heide de Jesus; ALMEIDA, Magali Silva. **O acesso de mulheres negras à educação pública em salvador**: Do ensino médio (IFBA) ao superior (UFBA). XX REDOR: Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero. 2018.

Eleitoral, Superior Tribunal. **TSE Mulheres**: portal reúne estatísticas sobre eleitorado e participação feminina na política. Disponível em:

<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Janeiro/tse-mulheres-portal-reune-estatisticas-sobre-eleitorado-e-participacao-feminina-na-politica>. Acesso em: 08 abr. 2024.

FLECK, Ana Cláudia; WAGNER, Adriana. **A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar**. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/pe/v8nspe/v8nesa05.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2024.

GUEDES, Moema de Castro. **A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino**. Instituto de Filosofia de Ciências Humanas / Universidade de Campinas. 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000500006>>.

HENRIQUES, Cibele da Silva. **A Educação das Mulheres Negras Trabalhadoras no Brasil: Um Direito a Ser Conquistado**. In: Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, Florianópolis, 2017.

HENRIQUES, C. S. (2015). **Educação e desigualdades raciais: os desafios das políticas de ação afirmativa**. Revista Brasileira de Educação, 20(61), 205-225

HIRATA, H e KERGOAT, Danièle. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p.595-609, set./dez. 2007. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, p. 464-478, jul./dez., 1995.

IPEA. **Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente**. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=3759da88-7925-44ed-95e6-6576c7cb166c&highlight=WyJjb3RhcyIsInJhY2lhaXMiLCJlbml2ZXJzaWRhZGVzIiwieY290YXMgemFjaWFpcyJd>> Acesso em: 16 abr. 2024.

JESUS, Cátia Soraia; MARTINS, Cristiano Ribeiro; VIEIRA, Tatiana Oliveira. **Os impactos da pandemia na permanência discente: estratégias em duas instituições federais de ensino superior**. Revista Panorâmica, v. 37, set./dez. 2022. ISSN 2238-9210.

KERGOAT, D. (2010). **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. In: Hirata, H., et al. (Org.). Dicionário crítico do feminismo. Unesp.

MARQUES, Maria Inez Barboza. **"Reflexões sobre a segregação das mulheres na educação no Brasil"**. In: Anais do VI Simpósio Gênero e Políticas Públicas, 1936-1945. DOI: 10.5433/SGPP.2020v6p1936.

MELO, Raquel. **Quais são os desafios de meninas e mulheres negras na educação?** Matéria sobre o Dia da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha aborda desafios, conquistas e lutas, 2020.

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS): **Histórico da pandemia de COVID-19**. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2011%20de%20mar%C3%A7o%20de,pa%C3%ADses%20e%20regi%C3%B5es%20do%20mundo>>. Acesso em: 08 ago. 2024.

PEREIRA, Ana Cristina Furtado; FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão. **História da Mulher no ensino superior e suas condições atuais de acesso e permanência**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13, 2017, Curitiba, 2017. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26207_12709.pdf. Acesso em: 22 mar. 2024.

PRÁ, Jussara Reis; CEGATTI, Amanda Carolina. **Gênero, educação das mulheres e feminização do magistério no ensino básico**. Volume 10, n.18, p.215-228, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em 15 nov. 2023.

PROAE: **Conheça a PROAE**. Disponível em: <<https://proae.ufba.br/pt-br/conheca-proae>>. Acesso em: 04 ago. 2024.

QUEIROZ, Delcele M. **O Acesso ao Ensino Superior: gênero e raça**. Caderno CRH, Salvador, n. 34, p. 175-197, jan./jun. 2001.

RIBEIRO, Ana Cristina Leal; FRANCO, Nanci Helena Rebouças; CUNHA, Maria Couto. **Trajetória de mulheres negras cotistas da UFBA: múltiplas jornadas, permanência e saberes**. In: ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, 2020.

SILVA, Juliana Marcia Santos. **Mães negras na Pós-Graduação: Uma abordagem interseccional**. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos – NEIM, Salvador, 2020.

SALATA, André. **Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: Redução nas desigualdades de acesso?** Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/WJjnYYS6fDhpDgMFVzqbP7L/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 06 ago. 2024.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas: A permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11778/1/Tese%20%20Dyane%20Santos.pdf>>. Acesso em 06 ago. 2024.

SANTOS, Virgílio Rodrigues dos; RIBEIRO, Gabriel; SILVA, Patrícia Petitinga. **Trajetórias de universitários no Recôncavo da Bahia: do acesso à permanência no ensino superior** ponto revista cadernos de educação. Pelotas, n. 67, e023034, 2023 | p. 01-25.

SANTOS, Marianna Luiza Alves Soares. **Itinerários universitários: a permanência de mães trabalhadoras nos bacharelados interdisciplinares da Universidade Federal da Bahia**. Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SASSO, Vivian A. Ferreira; OLIVEIRA, Annelize Rocha de; RIOS, Beatriz de Melo. **Tripla jornada de trabalho e as condições de permanência da mulher na universidade**. 19º congresso nacional de iniciação científica, SEMESP. 2019. Disponível em: <<https://conic-semesp.org.br/anais/files/2019/trabalho-1000004828.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2024.

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, n.16, jan. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a08.pdf>. Acesso em: 26 set. 2024.

SILVA, Ana Paula Felix Lima da; BAOUR, Josimara Aparecida Delgado. **Narrativas de estudantes de serviço social em contexto de pandemia: trabalho, reprodução da vida e educação**. Salvador, p. 1-13.

SILVA, Maryanna Nascimento de Oliveira; COSTA, Andréa Braz da. **O papel da mulher na produção e reprodução do trabalho não capitalista**. Grupo de Trabalho: Estado, Trabalho e Políticas Públicas, 2022.

SOUSA, Luana Passos d; GUEDES, Dyeggo Rocha. **A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década**. ESTUDOS AVANÇADOS 30 (87), 2016.

SOUZA, Regis Glauciane Santos de. **Gênero e mulheres nas universidades: um estudo de caso na UFBA**. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). **Bahia é o estado mais negro do Brasil, com 80,8% da população preta ou parda**. Disponível em:

<https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4013:bahia-e-o-estado-mais-negro-do-brasil-com-80-8-da-populacao-preta-ou-parda&catid=8&Itemid=565&lang=pt>. Acesso em 04. ago. 2024.

UFBA. **Mais negra e inclusiva, UFBA precisa de mais verba para assistência estudantil. Disponível em:** <https://ufba.br/ufba_em_pauta/mais-negra-e-inclusiva-ufba-precisa-de-mais-verba-para-assistencia-estudantil>. Acesso em: 28 de jul. 2024.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves; SILVA, Márcia Cabral da; VIEIRA, Cristina Maria Coimbra. **História de Mulheres e Educação:** transgressões, resistências e empoderamentos. Editora: [Revista Teias], 2022.